

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL**

VIVIANNI BARCELLOS DE ARAUJO

**ALINHAVANDO SABERES E PRÁTICAS, TECENDO POSSÍVEIS:
O TRABALHO EM REDE NA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

VITÓRIA

2015

VIVIANNI BARCELLOS DE ARAUJO

**ALINHAVANDO SABERES E PRÁTICAS, TECENDO POSSÍVEIS:
O TRABALHO EM REDE NA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gilead Marchezi Tavares

VITÓRIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

A663a Araujo, Vivianni Barcellos de, 1988-
Alinhavando saberes e práticas, tecendo possíveis : o
trabalho em rede na Assistência Social / Vivianni Barcellos de
Araujo. – 2015.
110 f. : il.

Orientador: Gilead Marchezi Tavares.
Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Humanas e Naturais.

1. Sistema Único de Assistência Social (Brasil). 2. Trabalho.
3. Assistência social. 4. Poder (Ciências sociais). 5. Coletivos. I.
Tavares, Gilead Marchezi, 1974-. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.
Título.

CDU: 159.9

VIVIANNI BARCELLOS DE ARAUJO

**ALINHAVANDO SABERES E PRÁTICAS, TECENDO POSSÍVEIS:
O TRABALHO EM REDE NA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Vitória, 23 de Março de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Gilead Marchezi Tavares
Universidade Federal do Espírito Santo
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Anita Guazzelli Bernardes
Universidade Católica Dom Bosco

Prof. Dr. Rafael da Silveira Gomes
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Thiago Drumond Moraes
Universidade Federal do Espírito Santo

Aos meus pais
que muito mais que a vida
me deram o viver.

AGRADECIMENTOS

Durante nossa pesquisa, tecemos muitos encontros, produzimos linhas de fuga, compartilhamos angústias e desejos, celebramos potências e esperanças. Trago sempre uma concepção de “nosso” estudo, “nossa” pesquisa, “nossas questões” pois acredito numa produção coletiva, que só foi possível por conta de nossos encontros no presente e nos rastros dos encontros que marcaram nossos percursos de vida. Somos plurais, ou, muito além disso, nos inventamos cada vez mais múltiplos.

Desse modo, mais do que tecer agradecimentos àqueles que me acompanharam em todo esse processo, acredito que por todos os meus caminhos, não só no mestrado, mas na vida em sua totalidade, partilhei minha chegada até aqui com intercessores diversos, por meio de encontros que trouxeram potências e ideias, e permitiram criação e pensamento. Segundo nosso companheiro de invenções, o filósofo francês Gilles Deleuze,

O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Podem ser pessoas – para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofos ou artistas – mas também coisas, plantas, até animais, como em Castañeda. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores.
(Deleuze, 1992, p. 156).

Assim eu, durante toda minha trajetória, fabriquei meus próprios intercessores. Num movimento de **devires filosóficos** que configuraram apaixonadamente todo um percurso acadêmico tecido com Antônio Damásio, Francisco Varela, Humberto Maturana, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Yves Clot, Yves Schwartz, Georges Canguilhem, Baruch Espinoza, dentre muitos outros.

O projeto de Iniciação Científica “O devir-consciente na construção do personagem no teatro, uma investigação dos processos cognitivos envolvidos em montagem de peça teatral” sob orientação da Prof.^a Dr.^a Gilead Marchezi Tavares, minha orientadora do mestrado, é um deles. A você, **Gilead**, toda a minha admiração e gratidão. Obrigada pela paciência e confiança tecida nesses dois anos de mestrado

e em todos esses anos de trabalho juntas nas monitorias, iniciações científicas, nos momentos de incertezas e de convicções. Obrigada por acreditar em mim!

Outros intercessores foram os encontros vividos durante a graduação, como as experiências nas **monitorias** em diversas disciplinas no curso de Psicologia da UFES. A todos os meus mestres, que me confiaram um “fazer junto” em suas disciplinas, obrigada pelo desafio tão enriquecedor. Essas experiências fizeram emergir o desejo de viver a docência como percurso profissional, além de proporcionarem um aprofundamento teórico que me acompanha até hoje.

Também o estágio nas Unidades Básicas de Saúde em Cariacica é um intercessor. Nesse um ano de estágio adentramos nos processos de trabalho da unidade, fazendo parte de seu cotidiano e afirmando a potência inventiva que configura o campo laboral. **A experiência na UBS**, vivida na relação com profissionais da unidade, possibilitou um enamoramento com a temática da produção de subjetividade no trabalho, bem como retificou o meu encantamento por trabalhar o “trabalhar”.

Um outro importante intercessor foi o estágio voluntário realizado na **Clinique de La Borde**, localizada em Cour-Cheverny, França. A inserção no cotidiano da loucura, na nova dimensão do trabalho que emerge da psicoterapia institucional e sua postura militante ético-política resultou numa experiência impactante, inesquecível e incrivelmente enriquecedora que reverbera até hoje, e está, de certa forma, presente nesse estudo acerca do trabalho.

Obrigada à **FAPES**, pela possibilidade de me dedicar exclusivamente no trilhar desse processo formativo. Muito mais que um objetivo, o mestrado sempre foi um sonho, que se tornou realidade durante esses dois anos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (**PPGPSI**), obrigada por ser minha segunda casa, uma casa tão almejada! Aos meus companheiros de morada, serei sempre grata pelos momentos de fazer junto e pelos bons encontros tecidos nas aulas e encontros no programa.

Toda a minha gratidão aos coletivos formados durante o fazer de nossa pesquisa, aos **espaços de acolhimento institucional** que nos acolheram e propiciaram tantos

bons encontros. Obrigada pela confiança! Aos **profissionais** que se dispuseram a sair de seus afazeres e se direcionarem à partilha de suas experiências, meu muitíssimo obrigada! Vocês fazem parte dessas linhas.

Agradeço também à **banca**, Prof.^a Anita, Prof. Rafael e Prof. Thiago. Obrigada pelos direcionamentos, pela delicadeza da atenção e principalmente pela disponibilidade de participar desse momento tão importante da minha formação.

Meus **amigos** queridos, de tantos clãs diferentes, importantes intercessores em todo o meu percurso até aqui, obrigada pela oportunidade de dividirmos a amizade, obrigada pelos seus ouvidos atentos e solidários, pelos ombros sempre apostos, pelos olhos cuidadosos nos momentos de dúvida e molhados pela partilha das alegrias e dos pesares. Obrigada pelos momentos vividos juntos e pela compreensão da ausência advinda do recolhimento necessário para a criação desse trabalho.

À minha **família**, tão grande, tão especial, obrigada pela caminhada sempre contínua. Minha gratidão em especial aos meus primos [como são muitos!!! quantos aniversários!!!]. Primos-irmãos, aqueles com os quais cresci e construí uma vida sempre na partilha da alegria. Que a dureza do “adulterecer” não diminua nossos momentos juntos, mas que possamos sempre vivê-los em união.

A **Deus**, pela saúde, pelos dons da sabedoria e do entendimento. Obrigada, meu Deus, por me permitir entender e vivenciar o sentimento da sua Paz.

E principalmente, meu muito obrigada aos meus **pais**, Angela e Luzivaldo, meus maiores amigos, meu porto-seguro. Vocês, muito mais do que a vida, me deram um *viver* muito belo e feliz. Obrigada por sempre apoiarem minhas decisões, quaisquer que fossem, e por me possibilitarem estar aqui hoje, minha maior herança. Obrigada por cada sonho alcançado, e por sempre me iluminarem e me aquecerem com todo o seu amor.

[...]

Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.

[...]

Ah, homens de pensamento
Não sabereis nunca o quanto
Aquele humilde operário
Soube naquele momento!
Naquela casa vazia
Que ele mesmo levantara
Um mundo novo nascia
De que sequer suspeitava.
O operário emocionado
Olhou sua própria mão
Sua rude mão de operário
De operário em construção
E olhando bem para ela
Teve um segundo a impressão
De que não havia no mundo
Coisa que fosse mais bela.

[...]

E o operário ouviu a voz
De todos os seus irmãos
Os seus irmãos que morreram
Por outros que viverão
Uma esperança sincera
Cresceu no seu coração
E dentro da tarde mansa
Agigantou-se a razão
De um homem pobre e esquecido
Razão porém que fizera
Em operário construído
O operário em construção

O Operário em Construção, Vinícius de Moraes

RESUMO

Como tecelãs de uma renda de bilro, investigamos o trabalhar na rede de serviços da assistência social no intento evidenciar as diversas linhas que compõem esse plano laboral. Propomos um trabalho de pesquisa-intervenção, realizando registros em diário de bordo, habitando espaços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes do Município de Vitória, buscando explorar experiências produzidas no trabalho dos técnicos e educadores sociais, e na realização de rodas de conversas junto àqueles que vivem ou viveram a realidade do trabalhar na rede de assistência social, o que chamamos de *coletivos-ciranda*. Nossos encontros visaram à palavra encarnada na experiência, possibilitando a emergência de afetos, de agenciamentos e de reconhecimento do vivido. Começamos nosso rendado com o que chamamos de FIO TRABALHO: ao conhecermos o trabalho dos profissionais que compõem a rede de serviços da assistência social, nos foi possível analisar as relações que se atualizam no cotidiano de tais serviços. Em nosso percurso de pesquisa, percebemos que muitos avanços foram conquistados e que a construção de uma política efetivamente “pública” é feita coletivamente, nas vilosidades que compõem a rede. Desse modo, trouxemos como outro fio, o FIO REDE SUAS, alinhavando e problematizando a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), suas trajetórias e tecnologias sociais operacionalizadas na rede cotidianamente. Analisando os processos inventivos dos trabalhadores, acreditamos que a criação de coletivos de trabalho possibilite um aumento de potência de vida dos trabalhadores, dos usuários e da própria rede de assistência, pensada como uma “rede quente”, ou seja, gestada na dimensão sensível dos afetos e da alteridade, onde efetivamente fazemos o público.

Palavras-chave: Sistema Único de Assistência Social; Trabalho; Assistência Social; Poder; Coletivos.

ABSTRACT

As weavers of bobbin lace, we have investigated the work in the network of social services in an attempt to highlight the various lines that form this labor plan. We intended a research-intervention study, making records in the Field Diary, dwelling institutional sheltering spaces for children and adolescents in the city of Vitória, aiming to explore experiences produced in the work of technical and social educators, and conducting conversation circles with those who live or have lived the reality of working in the network of social assistance, what we called collectives-sieves. Our meetings aimed to the incarnate word on experience, allowing the emergence of affects, assemblages and recognition of the lived. We started our lace with what we called WIRE WORK: knowing the work of professionals that form the network of social assistance services, we were able to analyze the relationships that have been updated in daily life of such services. In our journey of research, we realized that many advances have been achieved and that the construction of a truly "public" policy is made collectively, in the villus that set up the network. Thus, we brought as another wire the WIRE SUAS NETWORK, tacking and questioning the implementation of the Sistema Único de Assistência Social (SUAS), their trajectories and social technologies operationalized every day. Analyzing the inventive processes of workers, we believe that the creation of work collectives can enable an increase of power of the workers and users' life and the network of social assistance itself, thought of as a "hot network", that is, gestated in the sensitive dimension of affections and otherness, which effectively make the public.

Keywords: Unified Social Assistance System; Work; Social Assistance; Power; Collective.

RÉSUMÉ

Comme tisserands de une dentelle aux fuseaux, nous avons étudié le travail dans le réseau des services sociaux au but de mettre en évidence les différentes lignes qui composent ce plan de travail. Nous proposons un travail de recherche-intervention en réalisant des enregistrements dans le carnet de voyage, intentant à explorer des Centres d'Accueil pour les enfants et adolescents à la ville de Vitória. Nous avons aussi eu l'intention d'explorer les expériences produites dans le travail des éducateurs sociaux et techniques, et de réaliser des conversations avec ces travailleurs qui vivent ou qui ont vécu la réalité du travail dans le réseau de l'assistance sociale, ce que nous appelons *collective-tamis*. Nos expériences de recherche ont visé au mot incarné dans l'expérience, permettant l'émergence des affects, des assemblages et de la reconnaissance du vécu. Nous avons commencé notre dentelle avec ce que nous avons appelé FIL TRAVAIL: en connaissant le travail des professionnels qui composent le réseau des services de l'assistance sociale, nous avons pu analyser les relations qui sont actualisés dans la vie quotidienne de ces services. Dans notre parcours de recherche, nous avons vu que beaucoup de progrès ont été réalisés et que la construction d'une politique effectivement «public» est faite collectivement, dans les villosités qui composent le réseau. Ainsi, nous avons apporté comme un autre fil, le FIL Réseau SUAS, en alignant et problematisant la mise en œuvre du Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ses trajectoires et technologies sociales opérationnalisées quotidiennement. En analysant les processus inventifs des travailleurs, nous croyons que la création de collectifs de travail puisse permettre l'augmentation de la puissance de la vie des travailleurs, des utilisateurs de leurs services et le réseau de l'assistance lui même, pensée ici comme un «réseau chaud", donc, formé dans la dimension sensible des affections et de l'altérité, qui produit effectivement le public.

Mots-clés: Système Unifiée d'assistance sociale; Travail; L'assistance sociale; Pouvoir; Collectives.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias de profissionais estabelecidas para os Centros de Referência de Assistência Social	34
Quadro 2 - Categorias de profissionais estabelecidas para os Centros de Referência Especializados de Assistência Social	35
Quadro 3 - Equipe de referência para atendimento direto para o atendimento em Pequenos Grupos	36
Quadro 4 - Equipe de referência para atendimento psicossocial para o atendimento em Pequenos Grupos	37
Quadro 5 - Relação de elementos semelhantes presentes nos relatos dos profissionais participantes do <i>Coletivo-Ciranda</i>	90

LISTA DE SIGLAS

ADRA - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais

ANT - Teoria Ator-Rede

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CadÚnico - Cadastro Único

Cajun - Projeto Caminhando Juntos

CAPSi - Centro de Assistência Psicossocial Infantil

CMI - Capitalismo Mundial Integrado

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CRPD - Centro de Referência para Pessoa com Deficiência

CTC - Ciências e Tecnologias da Cognição

CV - Centro de Vivência

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

LA - Programa de Liberdade Assistida

LAC - Programa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MP - Ministério Público

NOB/RH - Norma Operal Básica de Recursos Humanos

Nucavi - Núcleo Contra a Violência ao Idoso

ONGs - Organizações Não Governamentais

PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família PNAS

Projovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PNC – Política Nacional de Capacitação

PSC - Prestação de Serviços à Comunidade

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

PRÓLOGO: Pesquisadora tecelã estrangeira	17
1 APRESENTAÇÃO	22
2 TECENDO CAMINHOS, DESLINDANDO PROCESSOS: NOSSA PROPOSTA METODOLÓGICA	28
2.1 TRAÇANDO NOSSOS CAMINHOS, CONHECENDO NOVOS ESPAÇOS	30
2.2 COMO ESTÃO DISPOSTOS OS SERVIÇOS	33
2.3 COMO SE CONFIGURARAM NOSSAS INTERVENÇÕES	38
2.3.1 (Re)Visitando o espaço de acolhimento institucional 1 – outubro a dezembro de 2013	39
2.3.2 (Re)Visitando o espaço de acolhimento institucional 2 – abril a junho de 2014	42
2.3.3 Coletivo-ciranda 1: formando passos para nossa dança	49
2.3.4 Coletivo-ciranda 2: ou a tentativa de um segundo bailado	50
2.3.5 Coletivo-ciranda 3: um segundo bailado	51
2.3.6 Coletivo-ciranda 4: a contradança final que é só o começo	52
2.3.7 “Rastros deixados ao longo da vida.../ pois quem passa e deixa marcas positivas / nunca se vai”	53
3 FIO Trabalho: ENTRE POLÍTICAS, INVENÇÕES E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE	54

3.1 RACIONALIDADE DE GOVERNO EM FOUCAULT	56
3.2 ALINHAVANDO PRESCRITOS, FAZERES E INVENÇÕES	62
3.3 AFETAR E SER AFETADO: A NOÇÃO DE COGNIÇÃO CORPORIFICADA	66
4 FIO Rede SUAS: ALINHAVANDO NOSSA PROBLEMÁTICA	69
4.1 A MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR	76
4.2 “A QUEM DELA NECESSITAR” OU “A QUEM ELA TEM SERVIDO”?	80
4.3 “A QUEM DELA NECESSITAR” OU “A QUEM A ELA SE SUBMETER”?	84
4.4 “O QUE É TRABALHAR, PARA QUEM TRABALHA, E A QUE SISTEMA DE OPÇÃO, A QUE SISTEMA DE RACIONALIDADE ESSA ATIVIDADE DE TRABALHO OBEDECE?”	88
5 “UM POUCO DE POSSÍVEL, SENÃO EU SUFOCO”: TECER UMA REDE QUENTE NOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	95
6 MAIS DO QUE CONCLUSÕES, CONSIDEREMOS AÇÕES, PRÁTICAS E SABERES: CARTA AO TRABALHADOR DO SUAS	102
7 REFERÊNCIAS	105

PRÓLOGO

Pesquisadora tecelã estrangeira

Passaportes (des)existenciais

Viajar e “despertencer” a todas as certezas do mundo é abrir-se ao inesperado que formata o universo e toda essa agonia gostosa, sedutora, que chamamos de vida. Deixemos as convenções aos certos e abramo-nos às incertezas mais certas que compõem nossos instantes eternos, tendo em mãos, imprescindivelmente, nossos passaportes. Pois, ao passarmos pelas vidas que vivemos (seja no presente do indicativo ou no pretérito nem sempre perfeito), portamos aquilo que nos compõe a cada fascículo de nossa existência. Então, que seja carimbado nas margens dos territórios por ali passados ou sonhados: ode à criação e à invenção, ode ao “despertencimento” de si, ode aos meus múltiplos me compõem!

Vivianni Barcellos

A presente pesquisa se rendeu por entre um conjunto de encontros. O pesquisar se deu no fazer junto, na aprendizagem vivida no cotidiano do campo. Assim, pesquisador e pesquisado não possuíram lugares distintos e separados pela neutralidade pregada pelo positivismo. Construir uma análise de como é trabalhar na assistência social possibilitou a criação de novos mundos, de territórios existenciais diversos. Assim, somos atores que constituem e constroem uma rede que atravessa distintos planos: o plano da Rede de atenção à infância e juventude da Grande Vitória (ES), o plano do fazer pesquisa, o do trabalhar no contemporâneo e o da constituição de uma política pública.

A palavra que traduz meu percurso-ciranda na área da Assistência Social como pesquisadora é “viajante”. Como tecelã-estrangeira, fui fiando meus caminhos nos encontros com o olhar ansioso, muitas vezes angustiada pela ignorância que me dedurava no ineditismo daquela realidade. Mas, ciente de que eram esses sentimentos que me permitiam sentir o novo, persisti e adotei um *não pertencimento estratégico*.

Como estrangeira em terras desconhecidas, dominar a “língua” das políticas de seguridade social foi (e ainda é) um processo desafiador. “Quantas siglas!”, pensava eu um tanto perdida. Pouco a pouco, com tempo, tropeços e estudo fui aprendendo o idioma oficial do SUAS, arriscando um pouco em suas gírias e jargões. Além disso, estava acostumada a percorrer caminhos adultos, não tinha o costume de habitar espaços infanto-juvenis. Posto isso, devo dizer que a cada chamada “tia” fui cultivando afetos, prazeres e inquietações que me trouxeram muita surpresa.

Quanto às práticas e costumes locais, fui “pegando o jeito”, pouco a pouco, do fazer e do não fazer, do dizer e do não dizer. Pegar ou não pegar os bebês no colo? Entrar ou não no quarto das crianças? Chamar ou não a atenção delas quando não concordava com um comportamento? Com que roupa ir? Como me portar? Com um certo receio e desprovida de certezas fui criando o corpo da viajante aprendiz que buscava sair do estrangeirismo e se pretender local.

Durante minha jornada tive muitos guias. Aproveitei o meu não pertencimento como passaporte para explorar o conhecimento dos profissionais. Desse modo, eles me explicavam suas práticas, o “fazer” de seu trabalho, o que escapava e o que cabia nas situações vividas no cotidiano. Foi por meio deles que entendi melhor as políticas, os desafios, potências e angústias que atravessam o trabalhar nessas terras.

Ademais, o interessante de ser viajante estrangeira é que todo o banal, o mais ordinário se transforma em diferente. Jamais havia visitado um espaço de acolhimento institucional, nunca tive contato com nenhuma criança institucionalizada a não ser pelas análises e discussões foucaultianas travadas na universidade. Com o corpo de aprendiz, os hábitos me eram vistos como novo e o sempre ou nunca feitos me pareciam inéditos. Assim, a arquitetura das casas, o comer, o vestir, o brincar e até mesmo o chorar me era inusitado e esse meu olhar possibilitou alguns deslocamentos por parte dos locais. Desse modo, como visitante que era, nas primeiras visitas aos espaços pedia a uma das crianças que me apresentasse as casas, seus domínios e territórios cotidianos. Foi, então, pelo olhar dos que ali habitavam que conheci novas portas, novas paredes, janelas, mesas, livros, televisão etc.

Quando viajo, me atento também às pessoas. Seus jeitos, traços e costumes, suas roupas, suas maneiras de andar, de falar. Nessa viagem *fiada* na rede da Assistência Social, conhecer e, principalmente, desnaturalizar as ideias de “criança abrigada” foi um processo instigante.

Chegando lá esperamos um pouco, pois a coordenadora ainda não havia chegado, e isso nos permitiu conhecer melhor o espaço. Sentamos num espaço bem na entrada, que dava visão para o portão e onde havia duas meninas assistindo televisão. Logo imaginei que as duas seriam crianças que moravam no abrigo, mas, para minha surpresa, uma delas era uma voluntária alemã que está realizando uma experiência de dois meses naquela instituição (Diário de campo, Setembro de 2013).

Saí do quarto dos bebês e fui brincar com as outras crianças, uma festa! Alguns eu não conhecia, tinham chegado há pouco tempo, mas um me chamou a atenção, pois segundo as educadoras, ele tinha chegado hoje e já estava totalmente socializado com as outras crianças (tudo bem, isso não é problema pra criança) e com a casa. Estava muito alegre. Não conseguiria dizer que ele havia chegado horas antes de nossa chegada, ele já fazia parte da casa (Diário de campo, Maio de 2014).

Contudo, o que poucos sabem é que advenho dessas terras e com poucos dias fui expatriada. Fui adotada assim que nasci. Logo, andar pelos corredores dos espaços de acolhimento institucional foi um processo de análise incessante. Confesso que, vista por muitos como criança que “deu certo”, por vezes via a mim nos pequenos que habitavam os estabelecimentos de acolhimento.

Com a chegada da coordenadora, ela nos contou o caso da menina (9 anos) que chegou à escola e pouquíssimo tempo depois foi pedido que alguém a buscasse. Motivo: muita euforia ao entrar na sala de aula. “Que rede é essa?” ela nos perguntava, “se fosse uma outra criança, de uma família, numa situação normal, ela seria mandada de volta pra casa? Eles pensam que é assim só porque ela é uma criança institucionalizada?”. Seu comentário me fez pensar na minha história. Se eu não tivesse sido adotada por meus pais assim que nasci, também seria uma criança institucionalizada, pois, segundo a assistente social que cuidou do meu caso, crianças negras não são muito procuradas. Também sempre fui espoleta, agitada. E nunca fui mandada pra casa por causa disso. De fato, que rede é essa? (Diário de campo, Setembro de 2013).

Percebi que algumas vezes quando a vejo, de uma certa maneira, me identifico nela, pois também fui muito agitada, corria muito, tive meus momentos de agressividade. A diferença é que meus pais me colocaram nas aulas de piano e de canto, juntamente com florais de Bach; *no caso dela, lhe cabe o que a rede, ou seja o Estado, decidir* (Diário de campo, Novembro de 2013).

Podemos perceber que não nos cabe aqui a ideia da neutralidade do pesquisador, uma vez que também podemos cair na armadilha da concepção de um Estado “impiedoso” e transcendente. Contudo, cunhamos nessas linhas a tentativa de adotar uma postura ético-política que busca desnaturalizar a criança “institucionalizada” que atravessa o cotidiano de trabalho das redes que constituem as políticas públicas.

Pesquisar é habitar encontros, atravessar territórios existenciais e deixar rastros reconfigurando a si e ao alheio que nos constitui, é fazer COM e dar abertura ao

desconhecido. Logo, pesquisar estrangeirando não é diferente: ao tecermos essa renda-pesquisa que se deu na potência da incerteza do estrangeirismo, afirmamos os processos de trabalho como nosso corpo-invenção que guiou os caminhos e o olhar. Esse estrangeirismo me permitiu sentir o sensível do claro e do oculto das relações que forjam o campo laboral, e compreender a área da assistência social como plano emergencial de forças (PASSOS; BENEVIDES, 2000) que constituem sujeitos e suas realidades, tendo a construção de um coletivo¹ como mote.

¹ “Com efeito, o termo ‘coletivo’ deve ser entendido aqui no sentido de uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao *socius*, assim como aquém da pessoa, junto a intensidades pré-verbais, derivado de uma lógica dos afetos mais do que de uma lógica de conjuntos bem circunscritos” (GUATTARI, 1992, p. 5).

1 APRESENTAÇÃO

Ao analisarmos o título da presente dissertação podemos afirmar que muitas linhas compõem essa escrita. Nela percorremos diversas pistas que compõem o “trabalhar”, o trabalhador da rede de assistência social e a própria rede em questão. Como tecelãs de uma renda de bilro, fiamos este trabalho com fios singulares nossos, do nosso grupo de pesquisa e da rede de serviços da assistência social. Como linhas de uma rede, todos os presentes fios se atravessaram, se relacionam, se complementam.

Um primeiro elemento que compõe nosso rendado-pesquisa é o interesse da pesquisadora no campo do *trabalho*. O “trabalhar” sempre me instigou. Através de uma psicologia do trabalho que tem em vista as invenções, o aumento de potência do trabalhador, uma análise do trabalho foi pensada para este estudo.

O serviço de Acolhimento Institucional do município de Vitória corresponde a um outro elemento. Lá acompanhamos a rotina dos espaços de acolhimento com o propósito de deslindar a noção de vínculos afetivos forjados naqueles locais entre os profissionais e os usuários dos serviços de acolhimento, na tentativa de evidenciar afetos envolvidos na produção da rede pelo trabalho de muitos atores. Nessa proposta, compomos a dinâmica dos espaços e fizemos parte de seu cotidiano.

Outro elemento que compôs nosso fiar-pesquisar foi o grupo de trabalhadores atuantes e ex-atuantes da assistência social participantes de nossas rodas de conversa, que compuseram um coletivo no processo de pesquisa. Esse grupo, que chamamos aqui de *coletivo-ciranda*, ultrapassou os momentos de encontros, fazendo reverberar em cada um de nós, e até mesmo em pessoas da área que não participaram de nossas conversas, algum tipo de análise, de tomada de consciência, de partilha de atravessamentos, de alívios e angústias. Permitiu devires.

Nesse movimento de tecer nossa renda-pesquisa, concebemos nossos fios, coletivos-ciranda, bem como o próprio “rendado” do presente estudo como

personagens conceituais² propostos por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2005), no sentido de que tais elementos são importantes aliados no processo de construção da análise dos dados que impeliram a investigação da Rede de Assistência Social.

Desse modo, buscamos conhecer o “trabalhar na assistência social”, dando luz às muitas relações que compõem tais processos de trabalho. Relações capitalísticas, de poder e de saber, que possibilitam a produção de sujeitos e de verdades.

Ainda que por muito tempo as práticas na assistência, representando ações do Estado, tivessem um caráter caritativo e “assistencialista”, hoje elas estão vinculadas à Política Nacional de Assistência Social (PNAS), instaurada em 2004, por meio da qual a Assistência passa a compor uma Política de Seguridade Social que deverá assegurar os direitos sociais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

Começamos então nosso rendado com o que chamaremos de FIO TRABALHO: ao conhecermos o trabalho dos profissionais que compõem a rede de serviços da assistência social, nos foi possível analisar as relações que se atualizam no cotidiano de tais serviços. Em nosso percurso de pesquisa, percebemos que muitos avanços foram conquistados e que a construção de uma política efetivamente “pública” é feita coletivamente, nas vilosidades que compõem a rede. Desse modo, trazemos como outro fio, o FIO REDE SUAS, alinhando e problematizando a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), suas trajetórias e tecnologias sociais operacionalizadas na rede cotidianamente.

Assim, apostando que em nosso pesquisar esses dois fios se relacionam, se complementam e se constroem, compreendemos que analisar as relações que compõem o trabalho na assistência social implica explorar os territórios existenciais³

2 Segundo os autores, “personagens conceituais [...] operaram os movimentos que descrevem o plano de imanência do autor, e intervém na criação de conceitos. [...] Os personagens conceituais têm esse papel, manifestar os territórios, desterritorializações e reterritorializações absolutos do pensamento. Os personagens são pensadores conceituais, apenas pensadores, e seus traços personalísticos juntam-se estreitamente aos traços diagramáticos do pensamento e aos traços intensivos dos conceitos” (DELEUZE; GUATTARI, 2005, p. 65-71, tradução nossa) .

³ “[...] a noção de território é entendida aqui num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que dela fazem a etologia e a etnologia. [...] O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 388).

do trabalhador envolvido na Rede SUAS, problematizando como são produzidos os sujeitos e quais as vias que dão passagem às singularidades, quais afetos, desejos e emoções emergem das relações forjadas nas capilaridades desses serviços.

Durante nosso tempo inclinados no estudo sobre a formação e as questões pungentes do SUAS, pudemos ver que a gestão do trabalho no âmbito da assistência é composta por linhas ainda muito frágeis. Por mais que estejam claros seus princípios e diretrizes de garantia de direitos, fortalecimento de vínculos e controle social, o trabalho no SUAS possui muitas precariedades de recursos humanos e materiais, vínculos trabalhistas não muito bem consolidados, promovendo uma grande rotatividade de profissionais. Dentre outras mudanças, vemos que atualmente o psicólogo compõe obrigatoriamente o corpo técnico da equipe básica e especial do SUAS, sendo também responsável pela implementação dos princípios e diretrizes da Política. Acreditamos que isso signifique um grande avanço no que concerne ao reconhecimento da categoria *psi* e à gestão do trabalho na assistência.

Entendendo que o trabalho não deve ser percebido como separado da vida (AMADOR; BARROS, 2011), temos como aposta ético-estético-política que os sujeitos são produzidos na operacionalização de suas tarefas.

Analisar o trabalho, portanto, é focar não somente as práticas instituídas, mas afirmar a potência instituinte de toda atividade laboral, o que nos remete a um posicionamento ético, a uma implicação nas relações de poder em que nos movemos para que não sejamos seduzidos pelas tentações da dessimetria, nas quais a análise do trabalho passa a ser dominação e controle [...] É no processo de atualização que se produz a atividade de trabalho, a partir de elementos virtuais que compõem uma névoa de afetos imperceptíveis, mas concretos (AMADOR; BARROS, 2011, p. 26).

Por essa via, partimos da ideia de que os trabalhadores da rede de assistência, ao realizarem suas atividades e comporem a rede de serviços da assistência social, acabam muitas vezes atuando como instrumentos do capitalismo contemporâneo para a produção de um capital humano, estratégia de governo operada por meio de processos de subjetivação do trabalhador. Porém, acreditamos que é também no

trabalho, por meio da mobilização de vínculos afetivo-subjetivos na tecedura da rede, que a singularidade imanente ao comum⁴ emerge.

Por muito tempo esperava-se do trabalhador apenas repetir e obedecer, a fim de ser modelado, moldado, disciplinado, qualificado enquanto “homem de bem” (FOUCAULT, 2010). Hoje, século XXI, vemos as práticas capitalistas sob outra ótica, em que o foco do capital se insere no ambiente social, por meio do qual trabalho e subjetividade são não somente necessários, mas codependentes por vias de uma nova articulação⁵, na qual “o trabalhador industrial [ao qual cabia apenas reproduzir e relacionar-se com as máquinas] não mais é o centro da valorização capitalista” (AMADOR; BARROS, 2011, p. 27).

Vemos o surgimento de um trabalhador que tem como mote seu desenvolvimento pessoal e profissional, utilizando seus afetos, seu conhecimento intelectual e suas habilidades criativas para a operacionalização de suas funções. Assim, trabalhando amplamente conectado a uma rede de saberes e de serviços, ele está cada vez mais próximo à sociedade.

De repente os aspectos mais humanos do homem, seu potencial, sua criatividade, sua interioridade, seus afetos, tudo isso que ficava de fora do ciclo econômico produtivo, e dizia respeito antes ao ciclo reprodutivo, torna-se a matéria-prima do próprio capital, ou torna-se o próprio capital (PELBART, 2003, p. 99,).

Logo, partimos da aposta política na qual compreendemos trabalhadores e usuários da rede de serviços de assistência social como atores que compõem uma rede, engendrando uma tecnologia social.

Considerando a importância atribuída em nossa sociedade à tecnologia e aos produtos tecnológicos, ousamos, em conjunto com militantes da economia solidária, em falar de uma tecnologia social. Não é nosso intuito aqui entrar no mérito nas questões tecidas em relação à economia solidária, além do fato de que

⁴ Segundo Negri (2005), “a singularidade é o homem que vive na relação com o outro, que se define na relação com o outro. Sem o outro ele não existe em si mesmo. É a partir da singularidade que explica o comum [...] sempre construído por um reconhecimento do outro, por uma relação com o outro que se desenvolve nessa realidade” (p. 2 -6).

⁵ Dizemos aqui uma articulação nova, já que trabalho e subjetividade sempre interagiram. Segundo Foucault (2008a), o trabalho teve seu papel importante no que tange às técnicas disciplinares, criadoras de corpos dóceis e úteis.

reconhecemos a diversidade de concepções de tecnologia social e suas utilizações por diferentes correntes e afiliações teórico-políticas. Nossa intenção é apenas dar visibilidade e chamar a atenção para o fato de que o trabalho na rede serviços da assistência social envolve estratégias, técnicas e recursos de diversas naturezas (econômicas, afetivas, políticas, culturais etc.) e gera produtos, que podem ser também de diversas naturezas. Nesse sentido, o trabalho utiliza tecnologias e produz tecnologias, mas não as do tipo fatalmente replicáveis, de produtos rígidos em sua formulação, que poderiam ser pensadas como constituídas por intermediários. Falamos de uma tecnologia flexível, constituída por mediadores e produtora de híbridos, que considera a imprevisibilidade e a recalcitrância das entidades envolvidas nos processos de produção⁶. E mais, uma tecnologia que subverte a ideia de ciência como conhecimento verdadeiro acerca de objetos puros, em favor de um conhecer pensado como a composição de proposições articuladas que dão sentido a um mundo sólido e ao mesmo tempo controverso (LATOUR, 2008). Posto isso, entendemos que a rede de serviços da assistência social é operada também por uma tecnologia social que produz e ressignifica o capital.

Tal perspectiva segue a ideia de rede concebida pela Teoria Ator-Rede (ANT)⁷, proposta por Bruno Latour (2012), na qual

[...] a noção de rede refere-se a fluxos, circulações, alianças, movimentos, em vez de remeter a uma entidade fixa. [...] ela é composta de séries heterogêneas de elementos animados e inanimados, conectados e agenciados (MORAES, 2004, p. 322).

Assim, uma investigação do trabalho na assistência social nos permite explorar a rede que constitui esses serviços e suas relações, colocando também em evidência os complexos processos e produtos envolvidos nessa rede. Pensar tais processos e produtos como uma tecnologia social, implica compreender que os atores dessa rede se produzem e produzem mundos, e que nossas práticas e nossos saberes

⁶ Buscamos aqui ajuda em concepções trazidas por Bruno Latour (2012), para quem intermediário designaria processos capazes de mover elementos de um lugar a outro conservando, em absoluto, suas propriedades iniciais, ao passo que mediador designaria os processos que imputam movimentos de desestabilização e de diferenciação nos elementos em curso. Seguindo tal pensamento (LATOUR, 1994), os híbridos são exatamente as entidades em processo constante e que agregam diversidade, complexidade, heterogeneidade, em contraposição à ideia de identidades estanques e, ou, eternas.

⁷ Utilizamos o acrônimo ANT (Actor-Network Theory) no lugar de TAR (Teoria Ator-Rede) como proposto na obra “Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede” (LATOUR, 2012).

não surgiram do nada, pois são ao mesmo tempo produtos e produtores das relações de poder que configuram e atualizam formas de vida e de viver.

Acreditamos, então, que, ao colocarmos em discussão os processos inventivos desses trabalhadores, suas relações no *plano*⁸ laboral, favorecemos um aumento da potência de vida de trabalhadores e usuários, bem como da própria rede de assistência, pensada aqui como uma “rede quente”, ou seja, gestada na dimensão sensível dos afetos e da alteridade, onde efetivamente fazemos o público.

Nesse sentido, acreditamos que seja de extrema relevância colocar o trabalho realizado na rede de serviços da Assistência Social em evidência, buscando dar visibilidade às práticas cotidianas que fiam governamentalidade e singularidades.

⁸ Usaremos *plano* em vez de *campo*, pois compreendemos um campo é aquilo que está dado ao conhecimento e o plano indica aquilo que está em processo de feitura.

2 TECENDO CAMINHOS, DESLINDANDO PROCESSOS: NOSSA PROPOSTA METODOLÓGICA

Não existe enunciado individual, nunca há. Todo enunciado é produto de um agenciamento maquínico, quer dizer, de agentes coletivos de enunciação (por 'agentes coletivos' não se deve entender povos ou sociedades, mas multiplicidades) (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 51).

Durante o desenvolver da pesquisa, percorremos diversos caminhos, e todos se fizeram com os trabalhadores da rede de assistência social. Exploramos os corredores dos espaços de acolhimento de crianças e adolescentes, acompanhamos processos de trabalho, atravessamos o “feito e o não feito” dos profissionais da assistência por meio de conversas informais, de vivências institucionais⁹ e de coletivos-cirandas que se formaram durante nosso rendado.

Nosso trabalho de pesquisa-intervenção iniciou-se pelas visitas aos espaços de acolhimento institucional¹⁰ para crianças e adolescentes do Município de Vitória, buscando, por meio de uma vivência institucional, explorar as experiências produzidas no trabalho dos técnicos e educadores sociais em tais serviços.

Ao trazermos a pesquisa-intervenção como dispositivo metodológico, buscamos

[...] acompanhar os movimentos afectivos da existência construindo cartas de intensidade, ou cartografias existenciais que registram menos os estados do que os fluxos, menos as formas do que as forças, menos as propriedades de si do que os devires para fora de si (PASSOS; BARROS, 2006, p. 91).

Nesse sentido, intentamos um posicionamento ético-político no fazer ciência, estando comprometidos com a invenção de mundos e sujeitos articulados, uma vez que fazer e conhecer não se separam (BARROS; PASSOS, 2006). Acreditamos que

⁹ De acordo com Barros e colaboradores (2008), vivência institucional se configura como uma “[...] estratégia metodológica que permite acompanhar o traçado das forças que compõem as relações e a divisão social do trabalho [...]” (BARROS et al, 2008, p. 527).

¹⁰ Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes é um serviço ligado ao SUAS que busca garantir os direitos da infância e da adolescência nas situações em que houve violação de direitos pelas famílias de origem dos pequenos. Configura-se como um tentativa de transformação dos antigos estabelecimentos designados de orfanatos, abrigos e afins. Falaremos mais deste serviço no item 2.1.

muito mais que coleta de dados, nas vivências institucionais participamos de um processo de colheita de dados (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013). Assim, no decorrer das vivências, ao chegarmos aos estabelecimentos, buscávamos acompanhar os movimentos, as relações que se forjavam na casa, explorando ressignificações de elementos arquitetônicos (quartos, corredores, cozinha, janelas, portas etc.) e afetivos (brincadeiras, o dar banho, o dar de comer, o vestir, dentre outras atividades), ou seja, o cotidiano dos trabalhadores e das crianças.

Lançamos mão de uma atenção flutuante¹¹ que nos permitiu dar maior visibilidade aos processos presentes ali, realizando registros intensivos em diário de bordo.

Entendendo que o pesquisar não se restringe a intervir num campo específico ou estático, com nosso diário ressignificamos afetações em meio a coletivos, corpos e processos de produção de subjetividade. Assim, entendemos esse movimento como a produção de um diário de bordo (BARROS; PASSOS, 2010), no qual indicamos afecções de dentro e fora dos estabelecimentos, permitindo que diferentes sentidos pudessem emergir dos processos que se davam nos espaços de acolhimento institucional, nos grupos, bem como nos corredores da universidade, nos momentos formais ou informais de discussão acerca da assistência social. Nosso diário de bordo contém encontros que deixaram rastros em nossos territórios existenciais durante nossa viagem nesse rendado-pesquisa.

Por essa via, acreditamos que a análise dos dados “colhidos” em nosso rendado-pesquisa, juntamente à escolha do uso do diário de bordo dialogando com a análise crítica apresentada na presente dissertação, vem afirmar o sentido político de nosso fazer-pesquisa enquanto “escrita inventiva” no processo de investigação e análise de nossa pesquisa intervenção.

¹¹ Adotamos aqui “[...] o termo atenção [flutuante] de maneira diferenciada, na qual a atenção se configura como um dispositivo de invenção, a partir do qual se dá um “reconhecimento atento”, como nos traz Bergson (2006). Tal concepção aproxima-se da ideia de “atenção flutuante” que Freud (1969) descrevia como principal mecanismo da terapia por parte do analista. A proposta que se faz com o dispositivo de invenção é de um esvaziamento, um voo e um pouso, etapas em que a atenção se encontra aberta para o acontecimento, sem foco, como numa concentração voando à deriva e à espera de um pouso, um resgate de algo percebido. Esse pouso seria não como uma parada do momento, mas como uma parada no momento experienciado. O voo e o pouso dão ao pensamento certo movimento, no qual a atenção possui um papel primordial: uma atenção sem focalização, aberta, configurando uma atitude que prepara para o acolhimento do inesperado, desdobrando-se na qualidade do encontro (KASTRUP, 2007)” (TAVARES; ARAUJO, 2011, p. 197).

A escrita inventiva deve incluir não apenas os resultados finais que se mostraram favoráveis e representáveis, mas também o avesso da pesquisa, com as dificuldades e eventuais tensões e conflitos, bem como os enigmas e os problemas que restam em aberto. As aberturas de um trabalho de pesquisa sugerem linhas de continuidade a serem seguidas pelo próprio pesquisador, ou por outros que sejam afetados pelos problemas que ele levanta. É em grande parte através do texto que um novo problema ou uma nova abordagem dos problemas pode se propagar e produzir efeitos de intervenção num campo de pesquisa (PASSOS; KASTRUP, 2013, p. 399).

Desse modo, a validação e análise dos dados comparecem como elementos de nossa presença ativa diante da escrita do presente estudo, uma vez que ao explorar a Rede de Assistência Social não buscamos validar ou refutar hipóteses pré-estabelecidas, mas acompanhar processos e relações que configuram e atravessam esse campo laboral. Assim, os fragmentos de impressões e questionamentos do diário de bordo apresentados no decorrer de nossa escrita operam politicamente em nosso rendado entendendo que nossas experiências foram e continuarão sempre coletivas (BARROS; PASSOS, 2010).

2.1 TRAÇANDO NOSSOS CAMINHOS, CONHECENDO NOVOS ESPAÇOS

Visitamos dois espaços de acolhimento institucional para crianças no município de Vitória, de outubro de 2013 a junho de 2014. Ambos os espaços eram geridos por entidades religiosas, no caso as Organizações Não Governamentais (ONGs) “Cáritas” e “Fé e Alegria do Brasil”. Contudo, durante nosso percurso, fomos surpreendidos pela mudança de contrato entre a Prefeitura Municipal de Vitória e as ONGs, reorganizando os serviços prestados na área.

Inicialmente, no primeiro estabelecimento visitado, acordamos a realização de duas visitas por semana, nos horários de 9h às 11h, nas quartas-feiras e de 15h às 17h, nas sextas-feiras. Ficamos na casa de outubro a dezembro de 2013, e ao final de

nossas visitas à casa, devido a disponibilidade dos pesquisadores¹², íamos apenas nas quartas-feiras.

Já no segundo espaço, nossa inserção se configurou de uma forma um pouco mais truncada, por conta de burocracias e mudanças administrativas e territoriais que ocorreram nos serviços de acolhimento institucional. Iniciamos nossas vivências em abril de 2014 e ficamos até junho do mesmo ano. Acordamos que as visitas seriam realizadas das 15h às 17h, nas sextas-feiras.

O segundo momento da pesquisa se deu por meio de “rodas de conversa” que chamamos no decorrer do texto de *coletivos-ciranda*. Primeiramente, por que ciranda? Nosso grupo se formou como uma dança. Formamos nossos primeiros passos informalmente, no intuito de buscar elementos de um “como fazer, onde buscar” junto àqueles que vivem ou viveram a realidade do trabalhar na rede de assistência social.

Nosso primeiro encontro se deu em julho de 2014. Semanas antes, enviamos convites a pessoas mais próximas e conhecidas dos outros integrantes do grupo de pesquisa que tivessem uma experiência de trabalho na rede. Marcamos às 18h30min para que pudessem sair de seus empregos e irem participar do nosso encontro. Dentre todos os convidados, contamos com sete participantes, dentre eles dois compunham nosso grupo de pesquisa e os outros cinco participantes dividiam-se entre atuantes e ex-atuantes da área. O encontro durou um pouco mais de três horas e o tempo pareceu não ter passado para nenhum de nós.

No segundo encontro, reiteramos o convite àqueles que participaram do primeiro e aos que não puderam participar. Contudo, ele não aconteceu. Agendado para o começo de outubro de 2014, apenas um participante compareceu. A ausência de corpos configurou no início uma angústia muito grande, mas foi também um analisador que nos ajudou a explorar o trabalhar na assistência social.

¹² A proposta da pesquisa que permitiu a elaboração da presente dissertação é parte componente do Grupo de pesquisa RAIJ, “A rede de atenção à infância e à juventude do Município de Vitória (ES): analisando vínculos e construindo uma tecnologia social”, composta por pesquisadores de iniciação científica na área de psicologia e de mestrado em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo.

Para o terceiro encontro, mais uma vez convidamos os que participaram da primeira ciranda e alguns outros novos trabalhadores da rede de quem tínhamos contato. O encontro estava agendado para o final de outubro e contou com a participação de sete profissionais, durando cerca de duas horas, sendo combinado de começar no mesmo horário. Porém, dessa vez, iniciamos com uma hora de atraso. Mais uma vez, o tempo pareceu voar, e quando nos demos conta já havíamos passado das 21h45min.

Já o quarto e último encontro, no início de novembro, no mesmo local e horário do anterior, contou com a participação de três profissionais. Ainda assim, foi um encontro rico e potente como todos os anteriores realizados. Como de costume, o tempo passou como brisa em nossa roda, durando cerca de duas horas.

Assim, o primeiro encontro pediu um segundo, a ausência de participantes exigiu um terceiro e o terceiro demandou um quarto momento reunidos. Nosso grupo foi construído e nosso coletivo foi sendo forjado entre o dito e o não dito, entre corpos cansados de uma jornada de trabalho, mas potentes politicamente. Fomos, a cada encontro, a cada telefonema e mensagem, a cada parada nos corredores da universidade, gerando uma ciranda. Como uma dança, nossas rodas propiciavam momentos de invenção, de inesperado, de reexperimentação de experiências de vida. Como um corpo, o grupo foi tomando consistência e foi se configurando no inesperado inventivo de uma ciranda que se compôs em nossos encontros e suas reverberações.

Trazemos aqui a ideia de um coletivo distinto de coletividade. Coletivo como corpo múltiplo que, ao se abrir às intensidades e fluxos pré-individuais, faz proliferar modos de vida e experiências inventivas. É desse modo que pensamos o coletivo produzido como um “manejo cartográfico da entrevista” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013).

Isso nos autoriza a dizer que não está em jogo, na narrativa do entrevistado, a re-apresentação em palavras de ocorrências que são externas à entrevista. Não há uma experiência em si, externa ao dizer, e que seria então relatada pela dimensão neutra dos signos. Abandona-se aqui a referência ao modelo representacional em que a linguagem atua como instrumento mediador, quase-transparente, entre a experiência do entrevistado e sua fala. Ao contrário, como vimos, a linguagem, estabelecida na reciprocidade entre expressão e conteúdo, sofre a ação dos fatos e age sobre eles, ostenta em si a própria realidade e, portanto, pode produzir-se como experiência. A entrevista não funciona como

procedimento que media o acesso à experiência, ela se efetiva como tal. No lugar de descrever a experiência, de evocá-la como um referente externo, a entrevista a porta em si mesma. O que nos permite dizer que a experiência ali em curso fala na entrevista (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 305).

Assim, nosso coletivo-ciranda visou não à descrição de fatos, mas à palavra encarnada na experiência, possibilitando a emergência de afetos, agenciamentos e processos de análise e de reconhecimento do vivido (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013).

2.2 COMO ESTÃO DISPOSTOS OS SERVIÇOS

A Rede de Serviços da Assistência Social está dividida em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial¹³. Na Rede de Proteção Social Básica são oferecidos três serviços: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), cujo objetivo basicamente é fortalecer os vínculos familiares, promover o acesso das famílias aos benefícios, ganhos sociais e materiais, e programas de transferência de renda oferecidos, além de promover apoio àqueles que necessitarem de espaços de vivências e escutas familiares; o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, serviços que são oferecidos em grupos que buscam a troca de vivências individuais e coletivas com o objetivo de fortalecimento de vínculos familiares; e o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio, que atende pessoas com algum tipo de deficiência e idosas em suas casas (BRASIL, 20005b), oferecendo serviços que buscam dar apoio e garantir o desenvolvimento de sua autonomia (BRASIL, 2009).

Tais serviços são oferecidos em espaços como os Centros de Convivência para crianças, jovens e idosos, e os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Os CRAS possuem um corpo de trabalhadores composto por um coordenador, técnicos de nível superior e médio, onde o número de trabalhadores de cada centro depende do número de famílias referenciadas.

¹³ A Proteção Social Especial também é dividida, no caso em Especial de Média Complexidade e Especial de Alta Complexidade. Voltaremos às diferenciações e objetivos da Proteção Social no Capítulo 4 desta dissertação.

CRAS

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metr�pole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos nível médio	4 técnicos de nível médio

Fonte: NOB/RH SUAS anotada e comentada (BRASIL, 2011a, p. 32).

QUADRO 1: Categorias de profissionais estabelecidas para os Centros de Referência de Assistência Social.

Os serviços de Prote o Social Básica oferecidos em Vitória (ES) são: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); Centro de Convivência para a Terceira Idade; Grupo de Convivência para a Terceira Idade; Projeto Caminhando Juntos (Cajun); Centro de Referência da Juventude (CRJ); Núcleo Afro Odomod ; Restaurante Popular de Vitória; Unidade de Inclusão Produtiva; Banco de Alimentos; Centro de Referência para Pessoa com Deficiência (CRPD); e o ProJovem Adolescente (VITÓRIA, acesso em 15 fev. 2015).

A Rede de Prote o Social Especial de Média Complexidade oferece o Serviço de Prote o e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de prote o social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Presta o de Serviços   Comunidade (PSC); Serviço de Prote o Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e Serviço Especializado para Pessoas em Situa o de Rua. Tais serviços são oferecidos nos Centros de

Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que possuem um corpo de trabalhadores das áreas de assistência social, psicologia e direito (BRASIL, 2009).

CREAS

Municípios em Gestão Inicial e Básica	Municípios em Gestão Plena e Estados com Serviços Regionais
Capacidade de atendimento de 50 pessoas/indivíduos	Capacidade de atendimento de 80 pessoas/indivíduos
1 coordenador	1 coordenador
1 assistente social	2 assistentes sociais
1 psicólogo	2 psicólogos
1 advogado	1 advogado
2 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários)	4 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários)
1 auxiliar administrativo	2 auxiliares administrativos

Fonte: NOB/RH SUAS anotada e comentada (BRASIL, 2011a, p. 34)

QUADRO 2: Categorias de profissionais estabelecidas para os Centros de Referência Especializado de Assistência Social

A rede de serviços de Média Complexidade oferecidos em Vitória é formada pelo Programa de Atendimento Social de Rua (crianças e adultos); Núcleo Contra a Violência ao Idoso (Nucavi); Programa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade (LAC/PSC); e pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (VITÓRIA, acesso em 15 fev. 2015).

Já a Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade oferece o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, para adultos e famílias, idosos, mulheres em situação de violência e jovens e adultos com deficiência; o Serviço de Acolhimento em República para jovens de 18 a 21 anos, para adultos em processos de saída das ruas e idosos; o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para crianças e adolescentes; e o Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências (BRASIL, 2009). Em nossa pesquisa realizamos visitas a espaços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes.

A rede de serviços de Alta complexidade de Vitória é composta pelo Albergue para Migrantes; Abrigo para pessoas em situação de rua; Hospedagem noturna para pessoas em situação de rua; Casa Lar para pessoas com transtorno mental em situação de rua; Centro de Atendimento Dia para pessoas em situação de rua; e os serviços para crianças e adolescentes é formada pelos Abrigos, Casa Lar e Casa de Acolhida, e pelo Programa Família Acolhedora (VITÓRIA, acesso em 15 fev. 2015).

Cada espaço de acolhimento para crianças e adolescentes possui uma equipe técnica: um coordenador, um assistente social, um psicólogo e, no espaço institucional, pedagogos e educadores.

PROFISSIONAL / FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Coordenador	nível superior ou médio	1 profissional referenciado para até 20 usuários acolhidos em, no máximo, 2 equipamentos
Cuidador	nível médio e qualificação específica	1 profissional para até 10 usuários, por turno. A quantidade de cuidador por usuário deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, idade inferior a um ano, pessoa idosa com Grau de Dependência II ou III, dentre outros). Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: a) 1 cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; b) 1 cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.
Auxiliar Cuidador	nível fundamental e qualificação específica	1 profissional para até 10 usuários, por turno. A quantidade de cuidador usuário deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, idade inferior a um ano, pessoa idosa com Grau de Dependência II ou III, dentre outros). Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: a) 1 auxiliar de cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; b) 1 auxiliar de cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.

Fonte: NOB/RH SUAS anotada e comentada (BRASIL, 2011a, p. 35).

QUADRO 3: Equipe de referência para atendimento direto para o atendimento em Pequenos Grupos (acolhimento institucional, casa-lar e casa de passagem)

PROFISSIONAL / FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Assistente Social	nível superior	1 profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos da alta complexidade para pequenos grupos.
Psicólogo	nível superior	1 profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos da alta complexidade para pequenos grupos.

Fonte: NOB/RH SUAS anotada e comentada (BRASIL, 2011a, p. 36).

QUADRO 4: Equipe de referência para atendimento psicossocial, vinculada ao órgão gestor - atendimento em Pequenos Grupos (abrigo institucional, casa-lar e casa de passagem).

Em Vitória, os Espaços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes são operacionalizados em parceria com a Fundação Fé e Alegria do Brasil e a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), operando os serviços de Casa de Acolhida I, porta de entrada e espaço que recebe criança de 0 a 6 anos que foram retirada da convivência familiar; Casa de Acolhida II, que recebe crianças e adolescentes de 7 a 18 anos que tiveram rompidos os vínculos familiares; Centro de Vivência I (CV I) oferecendo moradia provisória e os cuidados necessários para crianças 0 a 10 anos; o Centro de Vivência II (CV II), que recebe preferencialmente meninos de 6 a 12 anos; Centro de Vivência III, destinado, preferencialmente, meninas de 12 a 18 anos; e os Centros de Vivência IV e V, que recebem, preferencialmente, meninos de 12 a 18 anos¹⁴.

No início de nossa pesquisa, a rede contava também com a Casa Viva, cujo público era de meninas de 0 a 12 anos, operacionalizada pela entidade Cáritas Arquidiocesana de Vitória.

O acolhimento da criança ou adolescente provém da ação do Conselho Tutelar após verificar a veracidade das denúncias recebidas. Quando a violação de direito de fato acontece, a Vara da Infância e Juventude de Vitória elabora a Guia de

¹⁴ Dados extraídos do Relatório de Gestão de 2013 da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Vitória.

Acolhimento, a qual encaminhará a criança ou o adolescente aos serviços de acolhimento do município.

Esses técnicos irão acompanhar todo processo de acolhimento, atendendo as famílias de acordo com as necessidades que aparecerem. Assim, as equipes técnicas da Vara da Infância e dos Programas de Acolhimento mantêm-se constantemente em contato, a fim de possuírem sempre que possível uma conformidade no acompanhamento dos casos.

Caso a criança seja reintegrada à família de origem ou extensa, a equipe técnica do espaço de acolhimento institucional deverá acompanhar a criança e sua família por um período de 6 meses. Em casos de impossibilidade de reintegração familiar, a criança entrará em processo de adoção, e ficará sob os serviços de acolhimento, onde receberá todo um trabalho sobre esse novo momento. Enquanto isso, fica sob responsabilidade da Vara da Infância e da Juventude o processo de habilitação de adoção.

Desse modo, a Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade está ligada ao Sistema de Garantia de Direitos, composto pelo Conselho Tutelar, Justiça da Infância e da Juventude, Ministério Público, dentre outros, e conta também com serviços assistenciais como a Proteção Básica e a Proteção Social Especial Social de média complexidade, e demais políticas públicas. Tais serviços visam o retorno ao convívio familiar, processos adoção ou o desligamento da rede quando o jovem atinge a maioridade, buscando sempre em primeiro lugar os interesses da criança e do adolescente (CNAS; CONANDA, 2009).

2.3 COMO SE CONFIGURARAM NOSSAS INTERVENÇÕES

Acreditamos ser importante descrever os espaços por onde passamos uma vez que nossa pesquisa se deu habitando esses ambientes, vivenciando experiências junto a

cada metro quadrado, seja na emoção recorrente ao entrar nos quartos dos bebês, seja na aflição de ver algumas crianças subindo na árvore que existia em uma das casas, ou mesmo nos momentos que vivemos em seus espaços de recreação. Habitamos cada centímetro, sentimos cada movimento, compusemos o funcionamento do espaço.

Vimos janelas se transformarem em portas, corredores virarem pistas de corrida, garagem se configurar em quintal. Cada passo, cada elemento arquitetônico das casas tinha sua função e se resignificavam a cada experiência.

2.3.1 (Re)Visitando o espaço de acolhimento institucional 1 – Outubro a Dezembro de 2013.

O rio que fazia uma volta
atrás da nossa casa
era a imagem de um vidro mole...

Passou um homem e disse:
Essa volta que o rio faz...
se chama enseada...

Não era mais a imagem de uma cobra de vidro
que fazia uma volta atrás da casa.
Era uma enseada.
Acho que o nome empobreceu a imagem.

Manoel de Barros

O primeiro espaço visitado era chamado na época de Casa Vida, hoje oferece serviços como CV I. Localizado no bairro Santo Antônio, na periferia da ilha de Vitória, a casa, também conhecida como Casa Rosa, possuía dois andares e acolhia meninas de 0 a 12 anos cujos vínculos familiares haviam sido rompidos. Contudo, no período em que visitávamos o espaço, moravam também lá alguns meninos a fim de não ser rompida a convivência entre irmãos.

A casa possuía muros e paredes cor de rosa, portas e portões brancos. Como esses portões nos produziam questões e incômodos! No andar térreo tínhamos a cozinha, uma pequena sala de reuniões, uma sala, que contava com um banheiro e que era usada para funções administrativas e arquivamento de documentos, e a sala da equipe técnica (coordenadora, assistente social e psicóloga), onde eram atendidos pais e visitantes. Ainda no andar inferior havia uma brinquedoteca com muitos jogos e brinquedos, um vasto espaço com uma casinha de madeira e balanços onde as crianças brincavam e um sofá para assistirem à televisão. No andar superior tínhamos seus quartos, uma saleta de estudos, uma sala de televisão com três grandes sofás, a lavanderia e os quartos dos bebês com um banheiro.

O corpo de profissionais era composto pela equipe técnica, seis educadores sociais que se dividiam em turnos de 12/36 horas, duas cozinheiras que também se revezavam e uma pessoa responsável pela limpeza da casa e das roupas das crianças. As educadoras sociais dividiam-se em cuidar dos bebês (de 0 a 2 anos) e das crianças maiores (de 2 a 12 anos). A casa contava também com outras duas educadoras: uma que trabalhava com horário fixo pela manhã e a tarde de segunda a sexta-feira, e outra educadora contratada para acompanhar uma criança em especial na casa diagnosticada com Transtorno de Conduta e Transtorno Desafiador Opositor.

Nossa entrada no primeiro espaço foi muito tranquila. A proposta de pesquisa foi apresentada à Prefeitura de Vitória e à entidade que administrava o espaço, no caso a Cáritas. Apresentamos também nossa proposta para a coordenadora e a psicóloga, acordando nossos horários de visita no espaço. Como era a primeira vez que visitava um espaço de acolhimento, ser bem recebida ajudou a diminuir a ansiedade e a incerteza do agir.

Com a chegada da coordenadora, fomos até sua sala para nos apresentarmos e apresentarmos a proposta da pesquisa. Ela se mostrou bem interessada, e falou também das dificuldades de trazer uma gestão nova articulada com a rede. Ela se mostrou mais interessada no ponto de trabalhar com os técnicos e educadores da

casa. “Precisamos disso”, ela disse. Isso me empolgou bastante! Muito solícita, disse que na outra semana já podemos ir lá (Diário de campo, Setembro de 2013).

Embora muito bem recebidos, com o passar das visitas, muitas inquietações foram surgindo. Percebemos que uma maior abertura se forjava com as educadoras responsáveis pelos bebês,

pois elas têm que ficar no quarto, as vezes até mesmo trancadas quando G¹⁵ está lá (Diário de campo, Outubro de 2013).

G é uma das crianças da casa, diagnosticada com um transtorno psiquiátrico grave. A criança frequentava o CAPSi da Rede Municipal de Vitória e a APAE. Em conversas informais, alguns trabalhadores relataram suas histórias com a mesma. Assim, percebemos que G. fazia portas virarem parede, janelas virarem portais e chaves virarem instrumento de alívio. A criança fazia a casa girar, se inventar, criar novas possibilidades para ela e para os demais que habitam o espaço.

A porta trancada surgia como estratégia para que G não entrasse no quarto, e o receio de que algum mal acontecesse aos bebês fazia com que o cuidado fosse redobrado.

A educadora nos disse que antes de G ter uma educadora exclusiva, elas passavam um dobrado, até mordida já foi. Disse também que nessas situações a maior tensão é saber o que fazer, pois as crianças não podem aparecer com machucados, com roxos, ou as educadoras podem ser denunciadas por maus tratos (Diário de campo, Novembro de 2013).

¹⁵ Como responsabilidade ética de pesquisa, não divulgaremos os nomes de crianças e nem trabalhadores que colaboraram como nosso pesquisador. Assim, os participantes serão denominados por uma letra inventada por nós.

No decorrer de nossas visitas à casa, percebemos que fomos nos tornando companheiros dos corredores, dos cômodos e da rotina do estabelecimento. Nossa chegada era um momento de alegria para os que trabalhavam, para as crianças e para nós pesquisadores. “Os meninos da UFES”, como éramos chamados durante nosso fazer pesquisa, se tornaram, portanto, parte componente desse espaço.

Nosso processo de despedida se deu aos poucos. Inicialmente íamos duas vezes na semana, nas quartas e sextas-feiras. Um período depois, passamos a ir uma vez só, na quarta ou na sexta. Ao final, nos despedimos de maneira estranha, pois a administração da casa iria mudar, e ninguém sabia quem estaria lá no momento em que retornaríamos para a restituição da pesquisa. A Cáritas teve seu contrato rompido com a Prefeitura do Município de Vitória, o que reconfiguraria não só os serviços oferecidos na rede, mas influenciaria também no corpo de trabalhadores. Com todas essas mudanças, esse momento de devolutiva não aconteceu.

2.3.2 (Re)Visitando o espaço de acolhimento institucional 2 – Abril a Junho de 2014

Quem disse que eu me mudei?
Não importa que a tenham demolido:
A gente continua morando na velha casa em que nasceu.

Mario Quintana

No segundo espaço, logo que iniciamos o processo de apresentação da pesquisa, o serviço passou por um processo de mudança.

Começamos a conversar sobre as mudanças dos espaços (antigamente a instituição era Centro de Vivência 1 e agora eles são porta de entrada das crianças pela rede, sendo Casa de Acolhida 1 – espaço institucional de curta permanência

para crianças de 0 a 6 anos, onde elas ficam no máximo 90 dias – teoricamente. Perguntei quem muda as nomenclaturas, se é a prefeitura ou as entidades. Elas disseram que são as entidades, de acordo com a oferta de seus serviços. Contou que essas mudanças aconteceram pela saída da Caritas e remanejamento da Fé e Alegria e entrada da ADRA nos serviços de acolhimento institucional. Disseram também que uma nova juíza determinou que as deliberações do Ministério Público fossem diretas para os espaços de acolhimento institucional, por exemplo, antes as deliberações do MP iam para a Vara da infância e lá tentava-se uma alternativa ao acolhimento, seja com familiares distantes, etc., e se nada pudesse ser feito levava-se a criança para ser abrigada. Hoje não, as crianças já vão diretamente para as Casas de Acolhida para de lá serem tomadas as medidas alternativas à permanência da criança num espaço institucional, coisa que segundo elas, gera mais burocracia e na prática faz com que os trabalhadores fiquem mais sobrecarregados, dependendo do número já existente de crianças no local. Ressaltou também que não leva pouco tempo para a criança ir para casa de algum familiar. Mas, é o famoso “cumpra-se”. “Quem sou eu para passar por cima de uma ordem do Ministério Público”, disse a coordenadora (Diário de campo, Maio de 2014).

Antes localizado no Bairro de Lourdes e oferecendo serviços como CV I, hoje o segundo espaço visitado localiza-se no bairro São Cristóvão, na periferia da ilha de Vitória, e realiza os serviços de Casa de Acolhida I. A mudança fez com que ficássemos algumas semanas sem realizar visitas.

A primeira casa, embora grande, ocupava apenas o primeiro andar do imóvel, cujo pavimento superior era alugado por uma família. A casa contava com uma cozinha, um banheiro para as crianças, seus quartos, uma sala com televisão, um sofá e

algumas cadeiras. Do lado de fora ficava a mesa onde as crianças realizavam suas refeições, um amplo quintal com árvore onde as crianças brincavam e muitas vezes subiam nela, tendo do outro lado um espaço onde ficava a equipe técnica.

A casa atual possui um espaço bem maior, conta com dois pavimentos. No andar térreo existe a sala da equipe técnica e um espaço bem amplo, o que equivaleria a uma garagem, onde as crianças podem brincar. Ao subirmos no segundo pavimento temos a cozinha e uma grande mesa de refeições e recreação, e uma área de limpeza. Ao adentrarmos mais na casa, temos um longo corredor que distribui os quartos das crianças mais velhas, um banheiro, uma sala onde elas brincam e no final do corredor o quarto dos bebês que contava com outro banheiro.

Os serviços da casa eram dispostos entre a equipe técnica, uma cozinheira, uma auxiliar de serviços gerais e ao todo 12 educadores que se organizavam por turnos de 12h/36h, nos quais 3 educadores se organizavam de acordo com a demanda das crianças.

Hoje visitamos o novo espaço do CV1 (agora Casa de Acolhida I) em São Cristóvão. O espaço é muito amplo, as ruas são muito calmas e o acesso não é tão difícil de carro. Chegamos lá e encontramos a coordenadora e a assistente social. Combinamos que vamos uma única vez na sexta-feira pela manhã e nas vezes próximas iremos a tarde (Diário de campo, Maio de 2014).

Em nossas visitas, buscávamos sempre criar acordos, pactuar compromissos, criar confiança com a instituição. Apesar dos demais contratemplos, nossa entrada e permanência na casa foi bem tranquila, pois todos foram muito solícitos. Fomos mais uma vez bem recebidos e nossa proposta parecia gerar certa expectativa nos trabalhadores. Analisar o trabalho e problematizar a rede de assistência social lhes parecia muito interessante. Contudo, um ponto que nos gerava um incômodo era o fato de que na maioria das vezes tínhamos que ligar para avisar que iríamos visitar a casa.

Hoje fomos na Casa de Acolhida pela primeira vez sem avisar, apostando no pacto que fizemos de irmos às sextas a tarde. A coordenadora e a psicóloga não estavam lá, o que dificultou nossa entrada pois poucas educadoras nos conheciam. De uma certa forma, uma das educadoras (a que sempre ficava com os bebês) foi nossa chave de entrada e de nos sentirmos a vontade. Hoje foi também a primeira vez que as crianças nos receberam com festa! Isso me trouxe um sentimento muito bom! (Diário de campo, Maio de 2014).

Acreditamos que o fato da casa oferecer serviços como Casa de Acolhida, onde a permanência das crianças deveria se caracterizar de forma mais curta, dizia também de nosso habitar aquele lugar. Diferente do espaço anterior, éramos de fato visitantes, e não habitantes temporários daquele estabelecimento. Este fato configurou um momento de tensão, mas se mostrou como um importante analisador para o nosso entendimento de fazer pesquisa. Contudo, nesse espaço tivemos mais oportunidades de conversas com a equipe técnica, podendo abordar o trabalho na assistência social por outra perspectiva.

Hoje fomos a campo mas com o propósito de começar nossa despedida. Chegamos às 15h, cumprimentamos a equipe técnica e as crianças que estavam presentes. Contudo, apenas duas das que conhecemos estavam lá, as outras quatro eram novas na casa. Alguns bebês eram novos também, e fiquei surpresa em ver como os bebês cresceram rápido enquanto estávamos visitando o espaço. Chegamos e três educadoras estavam lá. Não conhecíamos nenhuma delas, mas isso não era novidade. Nos apresentamos (engraçado que, mesmo estando há dois meses lá, sempre nos apresentávamos aos trabalhadores, até mesmo hoje, o dia em que começamos nossa despedida). Voltamos para conversar com a

coordenadora e a psicóloga pois as crianças iam lanchar. Terminamos a conversa e subimos para ficar um pouco mais com as crianças. Contudo, não conseguimos criar corpo, pois via aquela situação como um momento muito íntimo da educadora (que não conhecíamos) com as crianças e da outra educadora que estava ocupada com os bebês. Não nos sentimos confortáveis de ficar ali, desconhecidos, parados como estávamos, simplesmente observando, de braços cruzados. Não fazia sentido e não era essa nossa proposta. No entanto, a situação não nos permitia outra coisa senão ficarmos ali, e isso nos incomodava. Decidimos, então, ir embora, ficando 1h na casa. Quando fomos pegar nossos pertences, depois de nos despedirmos das crianças e dos educadores, a coordenadora nos diz que sentia que não estamos tendo muito contato com as crianças. De uma certa forma concordei analisando nossa relação com a casa, mas não lhe dei razão totalmente, afinal o que seria esse “contato” que ela esperava? Respondi, então, que ali é a casa das crianças, nós somos a visita. Nossa proposta inicial era de 2h, mas a dificuldade com o horário e com a situação em especial nos impedia de ficar mais tempo. Além do mais, acreditamos que o próprio pesquisar nos permitia reestabelecer acordos com os momentos vividos. Ela nos disse que essa observação se tratava apenas de um “*feedback* positivo”. Mas isso caiu como uma bomba em cima de mim. Fiquei muito tensa, muito irritada com seu comentário. Mas, principalmente, fui tomada pelo receio de que sua impressão prejudicasse ou desse uma imagem negativa da academia, da nossa pesquisa. Não concordei totalmente com seu comentário, pois criamos sim um vínculo com as crianças, mas cada dia é um dia diferente, e não pretendíamos estar ali simplesmente para brincar com elas, tivemos um momento tão rico em sua sala quando chegamos! Já no carro, ou melhor, no trânsito, consegui refletir sobre o impacto de seu

comentário e várias questões vieram à tona. Acredito que nossa conversa anterior foi tão prazerosa e enriquecedora que não havia problema de não ficar lá por mais tempo. E esse “mais tempo” me remete a diversas questões: que temporalidade existe nos nossos momentos de campo? Ficar as duas horas nos espaços de fato seria tão enriquecedor quanto a 1 hora que passamos lá conversando? Nosso entendimento de pesquisar requer cumprir uma “carga horária”? Ao adotarmos uma temporalidade diferente do tempo cronológico, ao entendermos o tempo no campo como duração, no sentido bergsoniano, isso diminui a potência inventiva e o vínculo que forjamos no espaço e com as crianças? Estamos lá apenas para estar com as crianças? O fato de sempre termos novas crianças e de estarmos sempre nos apresentando fala de nossa relação com o espaço e fala dos serviços? Em nossa história, desde outubro nesses espaços de acolhimento institucional, os vínculos que criamos com a outra casa, e o vínculo que criamos com este, condizem com seu comentário? A cada visita temos um campo e um corpo diferente. No espaço anterior ficamos 2 meses, fazíamos parte da casa, não tínhamos essa formalidade de ligar para avisar que iríamos visitar a casa ou mesmo não era esperado de nós cumprir uma carga horária. Era mais flexível, mais leve. Contudo, nesse espaço, os momentos que passamos com a equipe técnica (coisa que era rara na casa anterior) são tão ricos, não desmerecem nosso contato com as crianças, e não chega a afetar nossa proposta de pesquisa. Bom, ainda estou inflamada com o impacto desse comentário. Mas, ao mesmo tempo, ele foi muito importante. Nos pede uma análise de implicação nesse campo e pede também uma problematização do próprio pesquisar. Nos pede um pensar maior. Pede um respiro forte (Diário de campo, Junho de 2014).

Não intentamos aqui fazer alusão a nenhum juízo de valor, dizendo que uma experiência foi boa ou ruim, mas simplesmente explicitar que diferentes casas, de diferentes serviços, proporcionaram diferentes experiências, diferentes encontros.

Assim, diferente do outro estabelecimento visitado, e com uma certa dificuldade, conseguimos realizar a restituição.

Marcar a restituição na Casa de Acolhida foi um percurso. Tentávamos, tentávamos e tentávamos mas um dia a equipe estava super atarefada com relatórios das audiências, no outro dia a casa iria para dedetização, no outro dia a equipe estava de folga, até que após meses sem contato conseguimos marcar para 16 de setembro. Neste dia, quando fomos marcar, a psicóloga havia dito que só poderia depois das 11h, pois a assistente social só chegava esse horário. Disse que poderia ser difícil para os pesquisadores da graduação, pois eles entravam em aula às 13h. Perguntei se seria possível fazer a restituição sem a assistente social, e ela disse que não, que não gostaria de passar por esse processo sozinha, não acha certo pois não pesquisamos sozinhos. Confirmei com os outros pesquisadores e no dia 16 de setembro fomos fazer a restituição. Chegamos lá e mais uma vez, muita formalidade em nosso encontro. Falamos, falamos e falamos. Percebi que tivemos poucos momentos de troca, configurando o encontro com a impressão de uma certa relatoria de ações e percepções (Diário de campo, Setembro de 2014).

Finalizando o processo de despedida dos espaços de acolhimento institucional, partimos para o segundo momento da pesquisa.

2.3.3 Coletivo-Ciranda 1: formando passos para nossa dança

Nosso primeiro coletivo-ciranda aconteceu em julho de 2014 como uma experimentação, intentando discutir sobre pontos que fossem importantes a uma investigação do trabalhar na assistência social. Nosso encontro aconteceu no espaço de lazer do prédio da professora orientadora do grupo de pesquisa. A ideia era sair da formalidade da academia, propiciando um momento de discussão e de descontração com petiscos e bebidas.

Contamos com a participação de três pesquisadores e cinco trabalhadores, dentre eles quatro eram psicólogos e uma era assistente social; apenas dois participantes atuavam nos serviços de assistência social e três eram ex-atuantes de CRAS.

Ao apresentarmos nossa proposta de pesquisa, iniciamos nossa conversa discutindo sobre o papel do psicólogo na assistência social e o que o diferencia do assistente social no cotidiano do trabalho no SUAS. Grande parte dos profissionais *psi* questionam que mesmo não sendo permitida a psicoterapia, o que seria um atendimento psicossocial senão clínico?

Durante o encontro, vários eixos de discussão foram emergindo. Foi apontado uma inexperiência quase generalizada da maioria dos profissionais *psi* que adentram na área da assistência. Conversamos que isso pode ser explicado pelo fato de ser campo de trabalho novo, ou até mesmo pela carência de formação acadêmica em psicologia.

Conversamos também que é o olhar do profissional da psicologia que configuraria a diferenciação de seu trabalho comparado ao de um assistente social. Entendemos que ambos os serviços são considerados como referência para seus usuários, sendo muitos deles crianças e adolescentes. Assim, dois elementos apareceram em nosso encontro. A angústia e a indagação “o que eles esperam de nosso trabalho?”.

Foi discutido também um pouco sobre a Rede: todos sabem da importância de sua interlocução, mas todos sabem que seus pontos estão sobrecarregados. O Cad.Único (Cadastro Único) foi um tema também muito polêmico. Segundo elas,

muitas gestões impõem aos técnicos o preenchimento do cadastro como anamnese, e isso gerava muito incômodo, pois não era o procedimento certo e ético a ser feito.

Num certo momento da conversa, foi apontado que trabalhar é criar estratégias, seja para lidar com o controle da gestão, seja garantir um encontro ético nos atendimentos.

No final da discussão não foi difícil chegarmos ao consenso de que o trabalho na área da assistência possui muitos desafios, que muitos espaços em certos municípios possuem condições precárias. Alguns relataram que já contraíram até mesmo dengue em seus locais de trabalho.

Como numa dança, nos demos os cumprimentos finais e concordamos em realizar um outro momento de discussão. Todos disseram que esse espaço de debate tinha sido muito enriquecedor e que continuar nesse movimento configurava uma aposta ético-política no trabalhar na assistência social.

2.3.4 Coletivo-Ciranda 2: ou a tentativa de um segundo bailado

Se você não consegue entender o meu silêncio
de nada irá adiantar as palavras,
pois é no silêncio das minhas palavras
que estão todos os meus maiores sentimentos.

Oscar Wilde

Marcamos o encontro no mesmo local e horário no início de Outubro de 2014. Convidamos os companheiros que participaram da roda anterior e outras pessoas que não havíamos chamado anteriormente. Nem todos confirmaram. Apenas uma pessoa apareceu.

O sentimento de frustração foi geral. Contudo, aproveitamos o acontecido para discutir sobre esse não comparecimento. Chegamos ao entendimento de que a ausência também compunha o grupo. Ela explica muita coisa, permite alusão a muitas lutas cotidianas. Deve ser muito duro sair do trabalho para discutir sobre a dureza cotidiana.

2.3.5 Coletivo-Ciranda 3: um segundo bailado

Remarcamos nosso encontro para o final do mês de outubro. Reafirmamos nossas alianças, convidamos mais uma vez nossos pares para dançar. Chamamos também novos dançarinos para compor nossa ciranda.

Marcamos dessa vez o encontro na universidade, na antiga sede do programa de Psicologia Institucional. Combinamos para começar às 18h30, mas iniciamos a discussão com uma hora de atraso. Nesse encontro, contamos com a presença de dois pesquisadores e sete profissionais, sendo que cinco deles atuavam nos serviços de assistência social e dois eram ex-atuantes de CRAS e CREAS.

Iniciamos a discussão retomando o que havíamos conversado no primeiro encontro, como uma espécie de restituição que configurava um novo encontro.

Nesse dia discutimos acerca da vulnerabilidade de vínculos trabalhistas, o que configuraria um mantenedor de um controle da pobreza que se dá na forma de programas de assistência.

Falamos também sobre usar a legislação com “sabedoria”, uma vez que por mais que com ela se possa produzir rigidez e moralismos, ela também pode ser o meio de combate a discursos e práticas instituídas e normalizadoras. Usar do instituído para produzir instituintes, alguns disseram.

Chegamos ao entendimento de que os programas de assistência social nunca podem suprir totalmente uma população uma vez que suas condicionalidades operam como moeda de troca com os sujeitos beneficiários, na expectativa de uma inserção da lógica do capital de mapeamento e massificação.

Discutimos acerca do “a quem dela necessitar”, chegando ao consenso de que a luta só se dará pelas microrrevoluções cotidianas. Alguns entendem que o capitalismo quer que o pobre viva, justificando suas práticas nas Políticas de Segurança Pública. Desse modo, as vezes apelar para o “instituído” seria um caminho para mostrar possibilidades de direitos que muitos não sabem nem que possuem.

Mais uma vez, o tempo voou. Mais uma vez tivemos um momento enriquecedor de luta, de reflexão e de aprendizagem. Forjamos o acordo de um último encontro, que se deu duas semanas depois.

2.3.6 Coletivo-Ciranda 4: a contradança final que é só o começo

Nosso último encontro aconteceu no início de novembro, duas semanas após o anterior, no mesmo local, no mesmo horário, sendo convidadas as mesmas pessoas. Três profissionais participaram, sendo todos eles psicólogos, dois atuantes e um ex-atuante.

Começamos a discussão, resgatando o que havíamos conversado nos encontros anteriores, contudo, esse momento foi diferente. Pedi que cada um trouxesse um entre tantos encontros que marcaram seu percurso profissional na área da assistência social. Partilhamos momentos de impotências e de fortalecimentos, de inventividades e de angústias, de luta e de incertezas. Foi rico, belo e, mais uma vez, potente. O tempo, como de costume, passou por nós como uma brisa.

2.3.7 “Rastros deixados ao longo da vida... / Pois quem passa e deixa marcas positivas / Nunca se vai...”¹⁶

Na composição de nosso coletivo-ciranda, um fato é importante ser salientado: nossa ciranda deixou marcas, produziu rastros, reverberou e possibilitou microrrevoluções.

Durante a composição de nosso grupo, por diversas vezes fui abordada a respeito do coletivo que estávamos formando. Desde incentivos, a muitos “da próxima vez me chama” e “muito importante esse movimento de vocês”, nosso rendado-pesquisa reverberou nos corredores da universidade, em encontros informais, em momentos de discussões diversas, mesmo nos quais eu não estava presente. Isso nos traz muita satisfação e potência.

Satisfação no sentido de que temos a noção, e muito mais que isso, partimos da aposta ético-estética-política de que deixamos marcas no mundo e nos territórios existenciais com os quais nos relacionamos. Desse modo, a potência se dá no fortalecimento de coletivos que já existem, na formação de muitos outros que permitam a afirmação da diversidade da vida na rede de serviços da assistência social.

¹⁶ Poema de autoria desconhecida, disponível em <http://www.luso-poemas.net/modules/news/article.php?storyid=168502>

3 FIO *Trabalho*: ENTRE POLÍTICAS, INVENÇÕES E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

Em suas atividades, os homens ou as mulheres tecem no trabalho. Em relação à *trama*, os fios os religam a um processo técnico, a propriedades da matéria, das ferramentas ou dos clientes, às políticas econômicas – elaboradas eventualmente em um outro continente –, às regras formais, ao controle de outras pessoas... Em relação à *cadeia*, aqui religados à sua própria história, a seu corpo que aprende e que envelhece; a uma multidão de experiências de trabalho e de vida; a muitos grupos sociais que lhes ofertaram saberes, valores, regras com os quais eles produzem dia após dia; aos parentes também, fontes de energia e de preocupações; aos projetos, desejos, angústias, sonhos (DANIELLOU, 1996, p. 1, grifos do autor *apud* SCHWARTZ, 2011, p. 32).

Começamos a apresentação de nosso trabalho no Congresso Brasileiro de Psicologia – Ciência e Profissão conversando sobre a diferença do trabalho do psicólogo e do assistente social estar no olhar, no foco, nas nuances de sua formação. Nesse momento, um psicólogo puxou uma discussão muito interessante. Segundo ele, a noção de uma prescrição não deveria ser levada totalmente à risca, mas entender que é considerando a inventividade do trabalhar, diferente da operacionalização de um prescrito de uma norma operacional básica, por exemplo, pode ser uma estratégia para lidar com o sentimento de impotência, de *enxugar gelo*, fazendo diferente do que foi atribuído, dar novas possibilidades ao “trabalhar”. Todos concordaram! Ele contou, então, a experiência que teve com grupos de convivência familiar que ele organizava. Segundo ele, com a saída de um voluntário que realizava atividades esportivas com os jovens, lhe foi incumbida a responsabilidade de coordenar o grupo. Foi então que, como a demanda era por futebol, ele criou o grupo de futebol como um dispositivo de trabalho sobre a noção do vínculo. E que é nessas supostas dificuldades impostas à realização de suas tarefas (além das outras tarefas que ele tinha no CRAS, lhe foi incumbida mais essa)

que ele criou uma nova possibilidade de realizar seu trabalho. (Diário de Campo, Novembro de 2014, Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão).

No tecer de nossa dissertação, pretendemos pensar o “trabalhar” tendo como plano (PASSOS; BARROS, 2000) o trabalho na assistência social. Pensar a assistência social como plano e não simplesmente onde se deu nosso campo de intervenção-investigação é entender que, muito mais que um campo de forças onde sujeitos e objetos se relacionam, temos as trajetórias cotidianas da Assistência Social como rede relacional de onde emergem sujeitos e subjetividades (pensada como um plano de imanência). Problematizar o trabalho nessa área implica, então, uma análise de práticas que dizem respeito a instituições, políticas e governos. Contudo, é a partir e por meio da potência inventiva dos sujeitos que trabalham, inventando a si mesmos e a seus processos laborais, que a rede de serviços acontece.

Nessa perspectiva, não temos aqui a compreensão do verbete *trabalho* simplesmente como um emprego, operacionalização de tarefas ou cumprimento de metas em prol de um objetivo, produto ou serviço. Operando uma torção nesse modo de pensar o plano laboral, apostamos pensar o *trabalho em ato*, um labor inventivo em que fluxos e forças emergem no trabalhar, no vivido de quem trabalha, engendrando o feito e o não feito, o concreto e o que escapa no processo, que movimenta e transmuta o real, produzindo, assim, outros possíveis.

Mas, quando se trata do trabalho, [...] não se trata de uma pequena história, de uma história marcada pelo acaso das vidas individuais: nenhuma situação humana, sem dúvida, concentra, “carrega” com ela tanto sedimentos, condensações, marcadas de debates da história das sociedades humanas com elas mesmas quanto as situações de trabalho: os conhecimentos acionados, os sistemas produtivos, as tecnologias utilizadas, as formas de organização, os procedimentos escolhidos, os valores de uso selecionados e, por detrás, as relações sociais que se entrelaçam e opõem os homens entre si, tudo isso cristaliza produtos de história anterior da humanidade e dos povos. [...] *toda* atividade de trabalho encontra saberes acumulados nos instrumentos, nas técnicas, nos dispositivos coletivos [...] (SCHWARTZ, 2003, p. 23).

Logo, problematizar o trabalho pensando-o como vida e história, relação indissociável de processos ininterruptos, implica pretendê-lo ontológico. Entender o trabalho ontologicamente não é pensá-lo como homogêneo, um fenômeno fundado em si mesmo. Mas afirmar que, uma vez que vida e trabalho não se separam, mas

se integram, o plano laboral também se produz em meio a transformações gestadas nas relações de poder e de verdade.

Por essa perspectiva,

[..] se o trabalho é atravessado pela história, se 'nós fazemos história' em toda atividade de trabalho, então, não levar em conta esta verdade nas práticas das esferas educativas e culturais, nos ofícios de pesquisadores, de formadores, nas nossas práticas de gestores, de organização do trabalho, e também nas nossas práticas de cidadãos, é desconhecer o trabalho, é mutilar a atividade dos homens e das mulheres que, enquanto 'fabricantes de história', re-questionam os saberes, reproduzindo em permanência novas tarefas para o conhecimento (SCHWARTZ, 2003, p.23).

Aspiramos, então, uma estética do trabalho, buscando uma investigação de como estão sendo produzidos os serviços da rede de assistência social, entendendo-os como produtos e produtores do fazer, dos próprios trabalhadores e usuários. Intentamos um pesquisar com o trabalho e a partir dele, considerando-o como um sistema historicamente construído que produz sujeitos, cujas práticas e saberes emergem e se atualizam nesse cotidiano de trabalho.

Assim, acreditamos que é também nessa rede relacional que podemos resistir a relações de poder e de verdades presentes num serviço que se diz público e nos processos que marcaram a configuração dos modos de funcionamento do que entendemos por sociedade. Nesse sentido, adentrar numa analítica do poder, problematizando seus percursos, estratégias e mecanismos que se dão em nossas relações com o mundo, nos permite trazer à luz as tramas que envolvem o trabalhar numa política de seguridade social.

3.1 RACIONALIDADE DE ESTADO EM FOUCAULT

O poder, segundo Foucault, não seria dado a ninguém, nem estaria sob a tutela de alguém, não caberia a nenhuma pessoa decidir sobre ele e nem onde ele seria instaurado (FOUCAULT, 1995). O poder está diretamente relacionado a relações de saber e provém de todos os lugares. Ele está e se produz nas capilaridades do

vivido, no interior de nossas microrrelações cotidianas. Por essa via, relações de poder e estratégias de governo são indissociáveis.

Foucault sinaliza as transformações no direito político e na economia, nas quais podemos ressaltar a passagem de um poder soberano, aquele que detinha o direito de vida e o direito de morte de seus súditos, para uma tecnologia de governo que “deixa morrer e faz viver” na insurgência de técnicas disciplinares que visam modelar, moldar e reproduzir corpos docilizados e úteis aos interesses do Estado. Assim, Foucault resalta o desenvolvimento de instrumentos disciplinares que visavam o corpo do indivíduo, controlando formas de ser homem, mulher, pai, mãe, trabalhador, por vias de instituições como a família, a escola, as fábricas, a prisão e o hospital.

Essa arte de governar, datada entre os séculos XVI e XVII, tinha como mote o fortalecimento dos Estados Modernos, instalando novas tecnologias políticas, como a diplomacia e a polícia (FOUCAULT, 2008b). Esta última, que passou por muitas transformações até chegar ao que entendemos dela hoje, entre os séculos XV e XVI, podia ser entendida, *grosso modo*, como um conjunto de ações que regiam comunidades pela figura de uma autoridade.

No entanto, no século XVII, essa tecnologia política se operou como um conjunto de meios pelos quais se garantia a ordem e o crescimento das forças do Estado. Logo, “o problema de polícia vai ser: como, mantendo a boa ordem [...], fazer que suas forças [do Estado] cresçam ao máximo” (FOUCAULT, 2008b, p. 423).

Ademais, a emergência do mercantilismo na esteira da formação dos Estados Modernos traz consigo um papel importante para a nova arte de governar. O que importava nessa arte de governo era a ocupação dos homens, o que eles faziam com seu tempo.

O objetivo da polícia é, portanto, o controle e a responsabilidade pela atividade dos homens, na medida em que essa atividade possa construir um elemento diferencial no desenvolvimento das forças do Estado. [...] É a atividade do homem como elemento constitutivo da força do Estado (FOUCAULT, 2008b, p. 433).

Assim, por meio da polícia, visava-se uma população, fosse ela o maior possível, que dispusesse de corpos dóceis, organizados e disciplinados, a fim de que seus

braços fortes pudessem, com a menor remuneração, produzir bens e mercadorias para ser trocadas por ouro e outras riquezas, possibilitando a circulação da moeda nacional. O trabalho aparece nesse cenário, então, como um *lócus* de técnicas que regulamentavam, estimulavam e guiavam a atividade dos homens, garantindo que eles fossem úteis à razão de Estado.

“São necessários, por fim, muitos braços, contanto, é claro, que sejam dóceis e apliquem efetivamente os regulamentos que lhes são impostos” (FOUCAULT, 2008b, p. 463). Assim nasce a instituição fábrica, advinda da forma de organização burguesa a partir do século XVI, instaurando-se como um importante dispositivo dos mecanismos de poder, seguindo os preceitos tanto arquitetônicos quanto organizacionais-administrativos das prisões, lugar marcante pelo uso de tecnologias de disciplina e vigilância, segundo Foucault (2010). O poder disciplinar centrava-se, então, no indivíduo e no seu corpo, buscando criar trabalhadores sem rosto, numerários e acessório da produção.

Contudo, é a partir do século XVIII que Foucault nos sinaliza o aparecimento de algo novo, uma tecnologia que integra, em outro nível, uma gama de instrumentos distintos dos usados na operacionalização da disciplina. Não se colocando no lugar dela, mas sobrepondo-a. Assim, a fim de que o Estado pudesse controlar e garantir o bem-estar de sua população fez-se necessário esquadrihá-la, buscando melhor apreendê-la. Vemos então uma produção de dados estatísticos que garantiriam um conhecimento dos processos vitais de uma população como condição *sine qua non* para controle e o equilíbrio do Estado, assegurando não só o conhecimento de suas forças, mas também as forças de seus concorrentes.

Por essa via, a nova governamentalidade nos permite analisá-la não somente pela ótica da razão do Estado, mas também por uma racionalidade econômica, pela qual o governo da vida passa não [somente] pela regulamentação, mas pela gestão, por meio da molaridade de uma população e de processos que pertencem à vida, como, por exemplo, o nascimento, a morte e as doenças. Desse modo, uma vez que o governo sobre o individual e o coletivo não se substituem, mas se integram, também a razão de Estado não pode ser vista como substituída por uma razão econômica, mas continuada por meio dela por uma biopolítica da vida humana.

A partir daí [...], essa tecnologia de poder, essa biopolítica, vai implantar mecanismos que têm certo número de funções muito diferentes das funções que eram as dos mecanismos disciplinares. Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais. Vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global. Vai ser preciso modificar, baixar a morbidade. Vai ser preciso encompridar a vida; vai ser preciso estimular a natalidade. E trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter a média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações. Em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar [...] um estado de vida: mecanismos [...] como os disciplinares, destinados em suma a maximizar forças e a extrai-las, mas que passam por caminhos inteiramente diferentes (FOUCAULT, 2010, p. 207).

Essa torção de perspectiva tem como efeito a produção de uma noção natural de sociedade, uma gênese social construída independentemente do Estado, uma vez que este só a administra (FOUCAULT, 2008b). Assim, interessa a essa administração social a aplicação de seu saber e sua intervenção nas massas, utilizando-se de um saber científico que vai gerir não só uma população, mas a vida em si. Nessa perspectiva, o bem-estar e a felicidade da população não são vistos mais como dependentes do Estado, mas condicionados ao comportamento individual de cada um.

Essa gestão terá essencialmente por objetivo, não tanto impedir as coisas, mas fazer de modo que as regulações necessárias e naturais atuem, ou também fazer regulações que possibilitem as regulações naturais. Vai ser preciso portanto enquadrar os fenômenos naturais de tal modo que eles não se desviem ou que uma intervenção desastrada, arbitrária, cega, não os faça desviar. Ou seja, vai ser preciso instituir mecanismos de segurança. Tendo os mecanismos de segurança ou a intervenção, digamos, do Estado essencialmente como função garantir a segurança desses fenômenos naturais que são os processos econômicos ou os processos intrínsecos à população [...]. Daí, enfim, a inscrição da liberdade não apenas como direito dos indivíduos legitimamente opostos ao poder, às usurpações, aos abusos do soberano ou do governo, mas da liberdade que se tornou um elemento indispensável à própria governamentalidade (FOUCAULT, 2008b, p. 474-475).

Emergindo dessa nova tecnologia de governo, vemos o desenrolar de uma racionalidade econômica que compreende tanto a molaridade da gestão das populações, quanto o direito à liberdade individual molecular de cada um. Logo, é o respeito a esse direito de liberdade que vai, juntamente ao desenvolvimento de um aparelho judiciário, contribuir para o fortalecimento do Estado. Assim também insurge a garantia do livre comércio mantenedor de um sistema de liberdade

individual e privada que não se limitará à economia, mas que se estenderá para a sociedade e à vida dos cidadãos.

O que queremos, então, trazer para a discussão é que é essa noção de naturalização da sociedade desvinculada da regulação do Estado, juntamente às práticas de um novo sistema econômico supostamente livre da interferência estatal, que, em certo ponto da história, constituirá o que entendemos como *homo oeconomicus*, o homem governamentalizável neoliberal, ou seja, “a interface do governo e do indivíduo” (FOUCAULT, 2008a, p. 346).

Contudo, e é aí que está o “pulo do gato”, devemos salientar que a noção de *homo oeconomicus* nunca se pretendeu pensar o homem em uma generalidade. O homem governamentalizável depende de seu assujeitamento, de uma aceitação da realidade “eminentemente governável. [...] o correlativo de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modifica sistematicamente as variáveis do meio” (FOUCAULT, 2008a, p. 369).

Atentamo-nos, então, não às macro teorias de dominação capitalísticas, mas à ideia de que a produção de sujeitos por vias de uma arte de governar, a produção de um capital humano, se instaurará nas microrrelações cotidianas, numa produção de subjetividade que “apreende explorar algo mais profundo e transversal à sociedade tomada em seu conjunto: o processo de singularização e o processo de novos modos de subjetivação centrados no desejo” (LAZZARATO, 2014, p.49).

Se por um lado é na bios – na vida do trabalhador – que o capital investe procurando ativar os recursos imateriais próprios de cada operário na perspectiva de que esses recursos sejam disponibilizados ao capital, por outro, eles também assumem um caráter permanente de produção de si, isto é, essa mesma subjetividade prescrita pelo capital, também resulta em “produção de si”, e é nesse sentido que se fala que a produção é biopolítica – carrega consigo elementos que podem abrir caminhos para a transformação do próprio sujeito do trabalho (SANSON, 2009, p. 210).

Dessa forma, o *homo oeconomicus* tradicional, o homem parceiro da troca no processo de produção industrial, nessa nova razão governamental, passa a ser o *homo oeconomicus* empresário de si, sujeito economicamente ativo no processo de produção (FOUCAULT, 2008a). Assim, ele não mais será o acessório da fábrica, em que um bem material produzido lhe trará remuneração, mas será ele mesmo sua fonte de renda, ou seja, o seu próprio capital. Na medida em que o trabalhador

necessita de seu conhecimento, e na medida em que lhe são requisitados seus afetos, suas aptidões, configurando um investimento subjetivo para a realização de suas atividades, suas competências e a necessidade de sempre aprimorá-las ressignifica a antiga máquina do trabalhador (FOUCAULT, 2008a).

Em outras palavras, a competência do trabalhador é uma máquina, sim, mas uma máquina que não se pode separar do próprio trabalhador, o que não quer dizer exatamente, como a crítica econômica, ou sociológica, ou psicológica dizia tradicionalmente, que o capitalismo transforma o trabalhador em máquina e, por conseguinte, o aliena. Deve-se considerar que a competência que forma um todo com o trabalhador é, de certo modo, o lado pelo qual o trabalhador é uma máquina, mas uma máquina entendida no sentido positivo, pois é uma máquina que vai produzir fluxos de renda. [...] Não é uma concepção da força de trabalho, é uma concepção do capital-competência, que recebe, em função de variáveis diversas, certa renda que é um salário, uma renda-salário, de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo (FOUCAULT, 2008a, p. 309-310).

Assim, ultrapassando a perspectiva tradicional de adaptação dos indivíduos às exigências de produção, partimos da premissa do trabalho deslocado da noção exclusiva de execução de tarefas, considerando-o como um espaço de desenvolvimento humano.

Segundo Deleuze (1986), as políticas sociais começaram a se tecer entre os séculos XVIII e XIX. Atribuímos este fato ao aumento populacional, observado com o crescimento das cidades, à intensificação do êxodo rural produzido pela cultura mercantilista, bem como às guerras e conflitos que marcaram esse período. Desse modo, como vimos, novas formas de governo foram necessárias para garantir a organização e a higienização dos espaços públicos, enclausurando os delinquentes e configurando um processo de gestão da multiplicidade da população.

Então, quando analisamos o surgimento e o desenvolvimento das políticas públicas, falamos dessa biopolítica que amplia o saber médico-psiquiátrico ao contexto extra-asilar, por meio de políticas de regulamentação da vida, tendo como cartão de visita a garantia do bem-estar da população e como instrumento o conhecimento advindo dos especialismos, ou seja, intelecto e aptidões do trabalhador. Práticas normalizadoras do modo de funcionamento social que determinam práticas laborais, comunitárias, operando seu domínio, sobretudo, no contexto familiar por meio de relações de produção de verdades que envolviam, e ainda envolvem, noções de risco e periculosidade.

Vemos, portanto, o desenvolvimento de um capital humano, no qual o conhecimento e os especialismos – medicina, psicologia, pedagogia, etc. – passam a ser interessantes a uma prática de governo que visa à manutenção e à organização da vida de uma população. Assim, o trabalhador, de acessório da produção do capital, transforma-se em “sujeito economicamente ativo” (FOUCAULT, 2008a, p. 308)

Por essa perspectiva, ao propormos uma análise do trabalho no plano da assistência social, tendo em vista as relações de poder e de saber que coabitam o cotidiano laboral, acreditamos que “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 1985, p. 91). Assim, almejamos em nossa renda-pesquisa trazer à luz a potência inventiva que possibilita novas formas de vida nos serviços de assistência social.

3.2 ALINHAVANDO PRESCRITOS, FAZERES E INVENÇÕES

Na visita de hoje, ao chegarmos na casa, logo encontramos uma educadora com algumas crianças. Estranhamos, pois nesse período poucas estariam no estabelecimento. Ela nos contou que as escolas estavam em greve, logo, elas estavam lá brincando. Conversando mais um pouco, ela nos disse que a casa está lotada, com aproximadamente 20 crianças (Diário de campo, Maio de 2014).

Problematizamos um pouco o impacto da rede nos serviços nos espaços, que só contam com 3 educadores por turno. Segundo a psicóloga e a assistente social, até semana passada todos estavam sobrecarregados e superlotados, com 20 crianças. Por exemplo, segundo o NOB/RH SUAS, cuidar de um bebê equivale cuidar de duas crianças, e eles estavam com 6 bebês. De fato, a conta não fecha,

pensei. Falamos sobre como lidar com isso, pois o financiamento não muda de acordo com a quantidade de crianças na casa, nem mesmo o número de funcionários. Então elas disseram que embora toda essa situação, elas têm que dar um jeito, criar estratégias para fazer com que não tenha impacto negativo no cotidiano das crianças (Diário de campo, Maio de 2014).

Hoje chegamos a casa e cumprimentamos as crianças que estavam presentes (não eram muitas, pois a maioria estava na escola) e depois subimos para cumprimentar os bebês. Quando chegamos ao quarto, a educadora estava ocupada dando banho em um deles, enquanto os outros no berço choravam. O choro já fazia parte da sinfonia da casa, não me incomodava mais tanto, com o tempo fui entendendo que o choro fazia parte daquele espaço. Contudo, senti que nossa presença no quarto, de certa forma, confortava a ausência dela, que estava no banheiro com um deles. Ficamos lá conversando, brincando, até que chegou a hora do almoço. A educadora desceu com dois e nós descemos com mais dois. Contudo, na medida em que eu ia me aproximando da cozinha, pensava: como dar de comer a 4 bebês ao mesmo tempo? Aquela era uma de suas tarefas, ela disse, dar de comer pelos quais ela era responsável. A cozinheira se aproximou e ajudou dando de comer a um. Nós ficamos com mais um, que já tinha comido, e ela com dois, ao mesmo tempo. Com a finalidade de dar conta daquela situação, ela criou uma estratégia, ou podemos dizer, um verdadeiro malabarismo: enquanto um engolia, era o tempo de dar uma colherada ao segundo, e assim enquanto o este engolia a papinha, era tempo para uma outra colherada do primeiro, até ambos comerem tudo. Isso me fez pensar muita coisa. Como cuidar de tantas crianças com necessidades

diferentes, cuidados diferentes, como dar conta de tudo? Mais do que educadoras, elas são verdadeiras malabaristas! (Diário de campo, Novembro de 2013).

Segundo a educadora, a casa comporta mais crianças do que os educadores podem dar conta, e isso dificulta dar atenção a todas as suas necessidades. Ela é responsável pelas crianças maiores de 2 anos, mas quando alguma criança se machuca, ou algum colega pede que ela a ajude em tal serviço, e se outra criança vai ao banheiro e necessita de ajuda com a higiene, como fazer tudo se ela é uma só? (Diário de campo, Novembro de 2013).

Como dito anteriormente, ao problematizarmos o trabalho na rede de serviços da assistência social é necessário pensá-lo distinto de um simples conjunto de realização de tarefas, mas como algo que engendra o vivido e suas relações, o feito e o que escapa. Por essa perspectiva, investigamos o trabalho clinicamente, tomando a noção de clínica como *clinamen* [desvio e movimento], a fim de produzirmos novos territórios, novos processos de trabalho (BARROS; BARROS, 2007). Somos convocados, então, a enxergar o plano laboral como lugar de diferenciação entre condições pré-estabelecidas das situações de trabalho (matéria-prima, espaço físico, dispositivos tecnológicos etc.), prescrições (normas, procedimentos, tarefas previamente delegadas) (TELLES; ALVAREZ, 2004) e o real do trabalho. Pensá-lo enquanto tal é compreender a existência do hiato imensurável entre o prescrito e o trabalho concreto, apreendendo-o, portanto, como potência inventiva produtora de subjetividade.

[...] Trabalhar é vencer o hiato entre o prescrito e o efetivo. Ora, o que se deve colocar em ação para vencer este hiato não pode ser previsto de antemão. O caminho a ser percorrido entre o prescrito e o efetivo deve ser a cada momento inventado ou descoberto pelo sujeito que trabalha. [...] O real se deixa conhecer pelo sujeito sob efeito de surpresa desagradável, ou seja, de um modo *afetivo*. É sempre afetivamente que o real do mundo manifesta-se para o sujeito. Assim, [...] o corpo realiza a um só tempo a experiência do mundo e de si mesmo (DEJOURS, 2012b, p. 25).

Nesse sentido, é nesse processo ininterrupto de afetar e ser afetado que entendemos o trabalhador como um dos atores no processo de tecedura de uma tecnologia social que se produz numa rede dinâmica de agenciamentos¹⁷, em que produto e produtor se confundem, se co-afetam e se singularizam.

Tomemos como analisadora uma cena descrita acima: uma educadora social cuja função é cuidar das crianças de 0 a 2 anos em um espaço de acolhimento institucional. Nessa situação ela está sozinha, responsável pelos quatro bebês da casa e, enquanto ela se ocupa de um, os outros três choram incessantemente. Como deve ser ocupar-se de quatro bebês ao mesmo tempo? Por vias de um processo de criação, inventando novos possíveis. Ao elaborar estratégias para dar de comer às crianças, vemos a emergência de processos ininterruptos de produção de si e do mundo, confrontando o hiato existente entre o prescrito e o real.

Ao conversar com a educadora que estava com os bebês, um deles (que não tinha nome ainda) começou a chorar e ela logo identificou que seu choro era de cólica. Fez alguns movimentos na barriga dele, fez também alguns movimentos com as perninhas, e logo ele parou de chorar. Fiquei me perguntando: se ela não fosse mãe, como me disse anteriormente, e como eu não sou e não tinha a mínima idéia do porque a criança estava chorando, se ela não tivesse uma experiência de vida com crianças mais novas, será que ela saberia que o choro era de cólica ou não? (Diário de campo, Maio de 2014).

A *poiesis* advinda do trabalhar compõe o processo da confrontação do sujeito com as armadilhas apresentadas pelo real, no qual o trabalho concreto emergirá. É, então, pela via da afecção, da percepção e da história de vida do trabalhador, que os processos inventivos se dão e possibilitam novos modos de trabalhar. Portanto, é

¹⁷ Essa dinâmica de produção pode ser pensada sob o olhar do que apresentamos anteriormente no que Latour (2012) designou de Teoria Ator Rede (ANT). Segundo Latour, compreendemos na ANT o ator como tudo aquilo, animado ou inanimado, que possa estabelecer conexões, afetando e sendo afetado pela dinâmica da rede construída.

em meio a certa angústia advinda das armadilhas do real, que as educadoras se reinventam e reinventam seu trabalho em modos de realizá-lo.

Yves Schwartz (2011; 2003) nos ajuda a pensar a situação descrita acima ao nos propor o trabalho como espaço onde a atividade¹⁸ é produzida em meio à “porosidade do prescrito, em seus interstícios como micro decisões” (CUNHA, 2007, p. 2). Para o autor, o meio é duplamente infiel, cuja infidelidade é gerida a partir de usos de si por si e pelos outros nas relações estabelecidas com eles. Assim, se faz necessário fazer uso “[...] de seus próprios recursos e de suas próprias escolhas para gerir essa infidelidade, para fazer algo” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 192).

Ao elaborar estratégias, ao realizar escolhas, o trabalhador opta por realizar quais tarefas e de que maneiras as fará, configurando, dessa forma, usos de si distintos da ideia de uma simples execução. Apostamos, então, na ideia de *atividade* abrangendo tanto o que fora realizado, como o que foi deixado para trás em sua realização. Desse modo, o trabalho não está para o sujeito de maneira individual, mas coletivo ao passo que faz usos de si por si e por todos atravessam a atividade, sejam eles colegas de trabalho, pessoas com os quais os indivíduos se relacionam no plano laboral – no caso de nossa renda-pesquisa, a rede de serviços da assistência social.

3.3 AFETAR E SER AFETADO: A NOÇÃO DE COGNIÇÃO CORPORIFICADA

Ao considerarmos que o processo de trabalho se constrói pelas afecções, devemos primeiramente elucidar o sentido de afeto que temos nesse estudo. Entendemos por

¹⁸ Pela via da abordagem ergológica do trabalho, Schwartz (2006) nos propõe a ideia de atividade pelo conceito de *atividade industriosa* como um debate de normas, possibilidade de criação. Sua noção de norma, herança de George Canguilhem (2001), é entendida como “a tendência de cada um a renormatizar seu ‘meio de vida – trabalho’. A atividade industriosa definida como um debate de normas significa considerar que é por meio dessas normas que podemos encontrar, dentre outras, a dimensão da gestão, incluindo (e aqui ressaltando) a gestão do próprio fazer” (AMADOR; BARROS, 2011, p. 23-24).

afeto “[...] as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções” (SPINOZA, 2011, p. 98). Nesse sentido, nossas percepções do mundo e nossos afetos estariam não somente ligados, mas seriam codependentes em nosso processo de produção de sujeitos e de mundo.

No entanto, os estudos tradicionais da cognição entendem percepção como um processo de representação de um mundo físico dado, no qual o sujeito usa seu aparelho cognitivo para viver a experiência no reconhecimento desse mundo pronto. Na mesma direção, com o surgimento do computador, as ciências e tecnologias da cognição (CTC) entendiam o cérebro humano e seus neurônios como um sistema composto por um *hardware* no qual a mente opera como *software* no reconhecimento e processamento de dados do mundo (VARELA, 1994).

Na tentativa de subverter essa perspectiva tradicional da cognição representacional, Francisco Varela, biólogo e filósofo chileno, nos convida a abordar os estudos dos processos perceptivos a partir de uma cognição *criadora*, um processo em que sujeitos e mundos se constroem a partir de sua dependência, o que ele chama de *enação*, da tradução do inglês *enact*, ou o que podemos traduzir por *acionamento* (VARELA, 2003). Segundo ele

[...] a percepção não consiste na reconstituição de um mundo preestabelecido, mas sim no direcionamento perceptivo da ação em um mundo que é inseparável de nossas capacidades sensório-motoras (VARELA, 2003, p. 83).

Em seus estudos acerca da temática da cognição, sua teoria da enação nos permite explorar os processos cognitivos humanos pela via da interação entre mundo e sujeitos como produtos e produtores de si mesmos. Por essa perspectiva, somos convidados a explorar seu conceito de enação ao pensar o processo de afecção no hiato entre o prescrito e o efetivo que emerge nos enfrentamentos vividos pelos trabalhadores no decorrer de suas atividades. Assim, consoantes ao que nos propõe Varela, o enfrentamento às armadilhas do real do trabalho se faz de maneira corporificada, no qual uma aprendizagem emerge no acoplamento entre a percepção do sujeito, sua história e seus afetos e o mundo no qual está inserido. Desse modo,

[...] o ponto de partida para a abordagem enactiva é o estudo sobre como o “sujeito percipiente” orienta suas ações em situações locais. Assim, a preocupação geral de uma abordagem enactiva da percepção não é determinar como algum mundo independente do sujeito que percebe vai ser reconstituído; trata-se, sim, de determinar quais os princípios comuns ou conexões lícitas entre os sistemas sensorial e motor que irão explicar como a ação pode ser orientada *perceptivamente* em um mundo *dependente de um sujeito percipiente*. [...] [Logo,] A realidade não é projetada como algo dado: ela é dependente do sujeito da percepção, não porque ele a “constrói” por um capricho, mas porque o que se considera um mundo relevante é inseparável da estrutura do percipiente. [...] Segundo essa abordagem, então, a percepção não está simplesmente embutida e confinada no mundo ao redor; ela também contribui para a *enação* desse mundo ao redor [...] o organismo simultaneamente instrui e é modelado pelo ambiente (VARELA, 2003, p. 78-81, grifos do autor).

Considerando que “é sempre afetivamente que o real do mundo inicia sua manifestação para o sujeito” (DEJOURS, 2012a, p. 39), compreendemos que é no cotidiano de trabalho que o real se apresenta como afecções e requer inventividades.

Se insisto nesse ponto é porque ao mesmo tempo em que se desconhece a discrepância entre o prescrito e o efetivo, se desconhece também que todos os que os que trabalham devem mobilizar uma inteligência inventiva que é parte integrante do trabalho [...] (DEJOURS, 2012a, p. 42).

Assim, acreditamos que é pela via da afecção que os processos inventivos se dão no plano laboral e possibilitam um devir-criador de novas possibilidades de trabalho. Na situação descrita anteriormente, a fim de realizar uma demanda de seu serviço – dar de comer aos bebês –, a educadora se reinventa e reinventa seu trabalho em vias de realizá-lo.

A função da educadora na casa é cuidar dos bebês. Mas “cuidar” é muito abrangente. O que é ser educador social? Poderíamos dizer “tomar conta”, mas as vezes não se limita a isso, tem que interpretar o choro, saber se é “manha”, fome, dor e, principalmente, dar carinho. “As crianças nos dão muito carinho”, ela me disse (Diário de campo, Dezembro de 2013).

4 FIO Rede SUAS: ALINHAVANDO NOSSA PROBLEMÁTICA

Recém formada, a psicóloga trabalhava numa comunidade carente, onde não havia ainda CRAS ou CREAS. Como as políticas de assistência social estavam se formando, ela e mais outros colegas foram à comunidade para conhecê-la e se fazerem conhecer. Identificaram, então, que o lugar não era só extremamente pobre financeiramente, mas carente de quase tudo. Assim, eles começam a trabalhar com aquela população, fazendo com que eles percebessem como era a proposta das políticas, eles não sabiam o que era CRAS. Com o intuito de se aproximar da população, os profissionais foram às unidades de saúde, trabalhavam em parceria com os agentes comunitários de saúde para andar pelo bairro e conversar com as pessoas. Com aquelas que já tinham Bolsa Família, o contato era mais fácil, era mais fácil de explicar as propostas, de dizer pra que elas servem. Ao fazerem o convite para ir pro CRAS, o acordo do comparecimento se dava quando se falava que o assunto seria o benefício do Bolsa Família. Ela contou que nos encontros no CRAS, a equipe explicava as condicionalidades do benefício, mas que ele não é eterno, e tentavam trabalhar a noção do benefício não como um salário, mas como uma possibilidade de autonomia. E o estabelecimento começava a se formar: eles montaram grupos de bordado e de costura. Ela contou que o primeiro CRAS da cidade em que trabalhava ficava no lado pobre do município. A cidade era dividida por uma rodovia, em que de um lado as pessoas tinham um poder aquisitivo maior e o outro era o lado mais carente. As pessoas do lado mais carente, segundo ela, estavam passando por muitas dificuldades, não só de dinheiro, mas de informação, de saúde, de assistência, de tudo. Então eles foram

trabalhar com as famílias, mostrando-lhes direitos que eles nem imaginavam que tinham. Quando foram na comunidade chamar as pessoas pra irem ao CRAS, ela disse que a equipe não sabia que estava nesse ponto. Perceberam, então, que iam fazer um trabalho maior que imaginavam. A angústia, que poderia ser negativa, acabou sendo positiva: como eles não conheciam muito da assistência, foram aprendendo junto com as famílias, e foram realizando aquele trabalho até eles irem por vontade própria. O mais interessante, ela contou, é que com o passar do tempo não foram mais os técnicos que iam construindo aquele espaço, eram as famílias, que iam ao CRAS e determinavam aquele espaço que era deles. O grupo de bordado se transformou em uma oficina, por meio da qual as mulheres começaram a perceber sua força, sua potência. Tiveram também a iniciativa de montar um grupo para fazer bordado pra fora. Com o apoio de uma economista que trabalhava com economia solidária, o movimento era delas, foi crescendo, tomando outra dimensão. A equipe só disparava sugestões, mas as ideias foram partindo delas. Fico pensando: não consigo enxergar aí “usuários” *stricto sensu*, mas formadores, e de uma certa forma, militantes. Ela continuou contando que num dado momento, as mulheres conseguiram com a prefeitura uma barraquinha, e montaram na praça central da cidade, o lado abastado, convidando os outros munícipes a conhecer os trabalhos que estavam sendo feitos no CRAS. Fizeram então uma festa junina no CRAS, em que o prefeito foi convidado para participar. Nesse movimento, as outras partes da cidade, também o prefeito, foram conhecer o lado que achavam ser perigoso. Depois desse movimento, elas começaram a entender o poder que elas tinham, e conseguiram montar outros grupos, também para homens, como oficinas de elétrica, por exemplo. O mais interessante, segundo a psicóloga, é que eles foram os disparadores, mas quem construiu aquela rede foram os “usuários”. Ela

não está mais nesse CRAS, nem mesmo na atenção básica, mas disse que acompanha até hoje, que ela também se sentia “usuária” daquele espaço, compunha aquela rede que se formou. Hoje ela vê o surgimento de grupos novos, que construíram outros CRAS na cidade. Ela tinha acabado de se formar na faculdade e a aprendizagem da legislação, dos serviços que poderiam ser oferecidos se deu no movimento de “cartografar os espaços”, ela disse, transformando e conhecendo a Rede de Assistência Social, a população, a dinâmica da comunidade. “O grupo de bordado parecia que estava bordando o CRAS”. Ela também contou que eles bordaram uma rede, que ao construir a Rede, construíram também juntos uma rede. Cada dia umaicineira ia bordando a rede e ao mesmo tempo ensinava a bordar os pontos, construindo pouco a pouco a rede, e cada dia elas bordavam um pouco mais. E ela, o CRAS, a Rede daquela comunidade, foram se construindo, como vários bordados, vários pontos de bordado. Elas nunca venderam aquela rede, ela disse, fazia parte do espaço. A rede era o encontro delas (COLETIVO-CIRANDA 4).

Primeiro problema que se coloca em nosso rendado: como tecer uma discussão acerca do trabalho na Assistência Social? Trazê-la como campo epistemológico? Abordá-la simplesmente como uma parte da Seguridade Social?

Propomos pensá-la como um plano no qual tecemos a pesquisa. Considerá-la como tal é entendê-la como uma rede movente de práticas que produzem mundos e modos de existir nos verbos da vida.

Negá-la como campo da dicotomia indivíduo-sociedade é, então, entender que a constituição de seus serviços se deu historicamente e que seu desenrolar produz outras histórias todos os dias. Assim, analisando seus processos constitutivos, percebemos alguns atravessamentos presentes no desenvolvimento dos serviços socioassistenciais: o trabalho como uma das pedras angulares de sua organização

e, juntamente a ele, as noções de vínculo, de risco social e de família como outros pilares.

Geridas pelas Irmandades de Misericórdia e mantidas pelos governantes locais, as Santas Casas de Misericórdia são as primeiras práticas de serviços socioassistenciais brasileiros de que se tem registro. Esses estabelecimentos atendiam escravos e homens livres oferecendo-lhes alimentos, serviços médicos e alojamento (CEDENHO, 2012).

Ademais, com a mudança do governo monárquico para o republicano e com o advento do mercado de exportação capitalista dando lugar à economia mercantil escravocrata, o crescimento da população e a mão-de-obra estrangeira que povoava os cafezais possibilitaram algumas melhorias na esfera pública. Surgiram as Hospedarias de imigrantes, as quais, mantidas pelos fazendeiros, ofereciam atendimento médico e medidas de higiene a quem chegava para trabalhar nas lavouras de café.

Por conseguinte, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 1881, teve como marco a primeira moção previdenciária do país, a qual assegurava “a aposentadoria como benefício aos funcionários públicos em caso de invalidez a serviço da nação” (CEDENHO, 2012, p. 26). Contudo, foi a Lei Eloi Chaves, Decreto n. 4.862 de 1923, a primeira lei brasileira oficial de previdência social. Dela foram criadas as Caixas de Aposentadorias e Pensões dos trabalhadores ferroviários, ponto de partida para a abrangência das demais classes de trabalhadores. Vemos, então, o trabalho como chave e condição ao direito de ser assistido pelo Estado.

Não foi por caridade ou algum fim humanístico que os ferroviários foram os primeiros a ter seus direitos sociais assegurados, mas sim por interesse das forças dominantes e dirigentes expressas através do Estado, na segunda década de 1900. Melhor dizendo, foi justamente a correlação de classes, naquele momento histórico, que propiciou o nascimento desta primeira forma de proteção securitária: de um lado os trabalhadores, inicialmente do setor férreo, fortemente organizados buscando os seus direitos, e do outro, a necessidade do crescimento do estado brasileiro a partir de um incipiente processo de industrialização, em que o transporte (ferroviário e marítimo) passa a ser o principal meio para incrementar a industrialização (COSTA.; 2009, p. 18).

Tempos depois, foram criados na Era Vargas, 1930-1945, o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e a Liga Brasileira da Assistência. Decorrente da Segunda Guerra Mundial, a liga inicialmente chamada Legião de Caridade Dercy Vargas (CEDENHO, 2012), marcou a inserção do primeiro-damismo e das elites nas práticas socioassistenciais no Brasil. Nesse momento, vemos o aparecimento de uma atenção à infância, à juventude e às famílias, efeitos de uma transformação de um Estado liberal não intervencionista para um Estado mínimo e de bem-estar social.

No campo da assistência social permanecia a Liga Brasileira de Assistência. A partir da década de 1940 (e até meados da década de 1970), diferente do período em que foi criada, a Liga passou a ser administrada de forma descentralizada, independente de uma política estatal – embora ainda sob os cuidados da primeira dama - , tendo uma rede de serviços próprios que iam desde a assistência social, judiciária, do atendimento médico-social e materno-infantil, a distribuição de alimentos aos necessitados, a manutenção de creches e abrigos, a qualificação e iniciação profissional de jovens, a assistência ao idoso até o atendimento aos portadores de deficiência (CEDENHO, 2012, p. 34).

Foi então, pela Constituição Federal de 1988, momento importante de redemocratização do país, que a assistência social, juntamente à saúde e à previdência social, passa a fazer parte de uma política de governo, como um dos pilares da Política de Seguridade Social. Diferente do direito universal à saúde, um dos princípios do Sistema Único de Saúde sustentados pela Constituição, os serviços da assistência social se direcionam para quem deles necessitar.

Contudo, somente em 1993, com a formulação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a assistência social passa a fazer parte efetiva da política social. Além da vigilância socioassistencial territorial, atentando às vulnerabilidades que atravessam as realidades das famílias e da garantia aos direitos e ao acesso aos serviços assistenciais, a lei tem como objetivos

I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

e) a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; (BRASIL, 1993, s. p.)

A partir disso foi proposto o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dividindo seus serviços em Proteção Social Básica e Especial. Por Proteção Básica, entendem-se os serviços que visam à prevenção de riscos sociais e vulnerabilidades, bem como ao fortalecimento de vínculos familiares. A Proteção Especial, por sua vez, compreende um conjunto de serviços que buscarão o restabelecimento de vínculos familiares e comunitários e o atendimento àqueles cujos direitos foram violados (BRASIL, 1993).

Com o intento de melhorar e reorganizar os serviços instituídos pela lei de 1993, as práticas de assistência social se encontram hoje vinculadas à Política Nacional de Assistência Social (PNAS), instaurada pelo governo federal em 2004, organizando os serviços do SUAS. Tais serviços, em conformidade às proposições da LOAS, devem ser garantidos pelo governo gratuitamente a quem deles carecer, co-financiados entre o poder público e a sociedade civil, sendo gerido nos níveis municipal, estadual e federal, com a participação popular por meio do controle social.

Como uma política de proteção social, a PNAS tem como princípios a garantia universal dos direitos dos cidadãos, respeitando sua dignidade e igualdade sem qualquer tipo de discriminação, a divulgação dos serviços oferecidos e o atendimento às necessidades sociais mediante sua renda econômica. Seu objetivo principal é a busca pelo protagonismo dos cidadãos para que possam prover-se de forma própria e sustentável. Para que isso, então, se efetue, a política tem como diretrizes uma organização descentralizada e participativa, gestão nas três esferas de governo, e a centralidade das famílias na oferta de seus serviços. Assim, os serviços socioassistenciais são oferecidos pelo governo mediante a matricialidade sociofamiliar, considerando a família como mediador entre os sujeitos e a sociedade.

O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social está explícito no artigo 226, da Constituição Federal do Brasil, quando declara que a “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”,

endossando, assim, o artigo 16 a Declaração dos Direitos Humanos que traduz a família como sendo o núcleo natural e fundamental da sociedade, e com direito à proteção da sociedade de do Estado (BRASIL, 2005a, p. 35).

Desse modo, em consonância com a LOAS, os serviços de Proteção Social Básica passam a ser oferecidos em Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Localizados em áreas consideradas de vulnerabilidade social, esses estabelecimentos devem oferecer grupos, programas, centros de convivência e informação e serviços socioeducativos e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Os serviços de Proteção Social Especial são divididos em dois níveis de complexidade: os de média complexidade e os de alta complexidade. A Proteção Social Especial está ligada aos aparelhos do judiciário e ao Ministério Público, sistemas de garantia de direitos. Os serviços de média complexidade, oferecidos nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), compreendem os serviços aos sujeitos que tiveram seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não estão rompidos. Já os de alta complexidade oferecem proteção integral àqueles que não possuem nenhum tipo de referência e que tiveram seus vínculos familiares e, ou, comunitários rompidos.

Diante de um breve resgate de como se organizam os serviços socioassistenciais no Brasil, entendemos que na relação trabalhadores-usuários, relação esta que não possui começo, meio ou fim, podemos falar de rede da qual emergem efeitos difusos na concretude genuína da política. No entanto, percebemos que a implementação tardia de normas e leis que representam uma mudança no cenário da assistência destaca-se como um dos fatores das dificuldades e precariedades de recursos materiais e humanos para a garantia de um serviço de qualidade entre usuários e trabalhadores sociais.

Dessa forma, apenas em 2006 (portanto, 13 anos após a LOAS e 02 anos após a PNAS) foi aprovada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), considerada um grande avanço no que concerne ao direito trabalhista dos profissionais da assistência. Dentre seus princípios e diretrizes, vemos a atenção dada à formação continuada na gestão do trabalho dos

profissionais, a fim de que ofereçam serviços éticos que garantam o direito da população.

As novas práxis construídas no cotidiano partem na desnaturalização da questão social, compreendida como o conjunto das desigualdades, das respostas do Estado e da sociedade, diante da vocalização pública das demandas políticas dos trabalhadores [...] É com o sentido da historicidade e da objetividades de valores construídos na dinâmica das relações concretas, que o trabalho social se explicita prene de possibilidades objetivas de interferir nos processos políticos e institucionais, na identificação de necessidades da população e no fortalecimento das formas inventivas de resistir diante da aparente impossibilidade (SILVEIRA. 2011, p. 33).

Assim, traçamos nossa pesquisa no plano da Assistência Social acreditando que as práticas que acompanhamos no cotidiano dos serviços e nas falas dos profissionais que compuseram nossos coletivos são fragmentos da história que produzem e são produtos dos desafios e das vitórias conquistadas cotidianamente e ao longo dos anos passados. Por essa perspectiva, acreditamos que as noções de risco, vínculo e família, que coabitam a política de Assistência Social, são parte do cotidiano de trabalho na Rede. Problematizá-los, não somente aqui na escrita, mas principalmente durante nossos encontros com os trabalhadores, permite a emergência de discursos de verdade que se reverberam no plano laboral, na rede de serviços e na vida em sua totalidade.

4.1 A MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR

O que é governar um barco? É encarregar-se dos marinheiros, mas é também encarregar-se do navio, da carga; governar um barco também é levar em conta os ventos, os escolhos, as tempestades, as intempéries. E é esse estabelecimento da relação dos marinheiros com o navio que se tem de salvar, com a carga que se tem de levar ao porto, e as relações de tudo isso com todos esses acontecimentos que são os ventos, os escolhos, as tempestades, é o estabelecimento dessa relação que caracteriza o governo de um barco. Mesma coisa para a casa: governar uma família, no fundo, não é essencialmente ter como objetivo, com meta, os indivíduos que compõem a família, sua riqueza, sua prosperidade. É levar em conta os acontecimentos que podem sobrevir: as mortes, os nascimentos; é levar em conta as coisas que se podem fazer [...] (FOUCAULT, 2008b, p. 129).

Em consonância aos objetivos apresentados na LOAS, a PNAS tem como mote a execução dos escopos apresentados na legislação de 1993. Tendo como uma de suas diretrizes a centralidade na família nos serviços do SUAS, a política tem como uma de suas bases a matricialidade sociofamiliar.

Consoante à Constituição Federal de 1988, ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), à LOAS e ao Estatuto do Idoso, a PNAS compreende a família como ponte entre o sujeito e a sociedade. Dessa forma, a centralidade familiar proposta pela política opera como estratégia de acesso e de proteção aos sujeitos que necessitam de ser assistidos, com a finalidade de garantir a universalização de direitos que corresponde a um de seus princípios normativos.

Para a proteção social de Assistência Social o princípio de matricialidade sociofamiliar significa que:

- a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social;
- a defesa do direito à convivência familiar, na proteção de Assistência Social, supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero;
- a família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência;
- o fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social, na própria família, não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade (BRASIL, 2005b, p. 19).

Desse modo, com base no entendimento de família distante de uma simples unidade econômica, mas como um sujeito coletivo de onde emergem afetos, conflitos e instabilidades hierárquicas e financeiras (BRASIL, 2005a), ela deverá ser protegida com a finalidade de ser garantida a autonomia e o protagonismo social dos sujeitos que a compõe. Contudo, por mais que a legislação expresse o reconhecimento dos novos acordos e modelos familiares considerando as famílias como laços consanguíneos, afetivos e de solidariedade, ainda podemos encontrar posturas moralistas que vão de encontro com essa premissa.

Pesquisas sobre população e condições de vida nos informam que as transformações ocorridas na sociedade contemporânea, relacionadas à ordem econômica, à organização do trabalho, à revolução na área da reprodução humana, à mudança de valores e à liberalização dos hábitos e dos costumes, bem como ao fortalecimento da lógica individualista em termos societários, redundaram em mudanças radicais na organização das famílias. Dentre essas mudanças pode-se observar um enxugamento dos grupos familiares (famílias menores), uma variedade de arranjos familiares (monoparentais, reconstituídas), além dos processos de empobrecimento acelerado e da desterritorialização das famílias gerada pelos movimentos migratórios. Essas transformações, que envolvem aspectos positivos e negativos, desencadearam um processo de fragilização dos vínculos familiares e comunitários e tornaram as famílias mais vulneráveis. A vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias. Portanto, as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquela que caracteriza sua família (BRASIL, 2005a, p. 26).

Assim, considerar as contradições que encontramos não só na política, mas também nos discursos e nas práticas de alguns profissionais da rede (falas como “famílias desestruturadas”, “sujeitos irresponsáveis”, “vagabundos”), nos impele a questionamentos acerca da centralidade das famílias nos serviços oferecidos no plano da assistência social. Qual seria, então, a função da matricialidade sociofamiliar nesse contexto?

Para ilustrar essa questão, retomemos a metáfora de Foucault no que diz respeito ao governo do barco. Podemos entendê-la como uma analogia ao governo de sujeitos e de populações. Nesse sentido, temos o barco como a sociedade, os marinheiros tripulantes como os cidadãos, as intempéries como eventos pertencentes à vida que devem ser geridos [como por exemplo doenças, morte, fome, etc.], e o entendimento da carga como um capital humano, o qual se deve proteger a fim de que chegue ao seu destino intacto e na maneira esperada (SANITA; VANDRESEN; PROFETA FILHO, 2012).

Nesse sentido, vê-se a necessidade da criação e do uso de dispositivos de gestão, de segurança e de correção que possam garantir o bom encaminhamento da “carga boa” e discriminar a “carga ruim” por meio de técnicas de vigilância e de disciplina, a fim de garantir seu destino esperado.

Temos então a manutenção da família e de sua esfera privada como produção de um “sujeito coletivo” que constituirá a produção do social (SCHEINVAR 2006). Dessa forma, seus integrantes devem ser “protegidos” (leia-se: vigiados, tutelados,

controlados etc.), garantindo que o “bom” funcionamento das dinâmicas familiares tenha como efeitos a autonomia e a emancipação preconizadas pelos serviços oferecidos pelo Estado.

Vemos que a família é considerada como referência ao protagonismo social de crianças e adolescentes, garantindo-lhes educação, sustento e formação. Nessa perspectiva, a esfera privada da família, ao ser gerida, controlada e esquadrihada, garantirá o bom funcionamento da sociedade e manterá a ordem pública, garantindo a reprodução de um capital humano (SCHEINVAR, 2006).

Acreditamos, então, que essa gestão, todas as tecnologias investidas na população por meios de dispositivos de segurança e de gestão do social, na primazia da centralidade familiar, tem como efeitos a produção de um capital humano, na medida em que a atualização dessa razão de Estado de massificação e universalização garantirá uma criança ou um jovem que “dará certo”.

[...] o que se deve chamar de investimento educacional, em todo caso os elementos que entram na constituição de um capital humano, são muito mais amplos, muito mais numerosos do que o simples aprendizado escolar ou que o simples aprendizado profissional. Esse investimento [...] será constituído de que? Sabe-se experimentalmente, sabe-se por observação, que ele é constituído, por exemplo, pelo tempo que os pais consagram aos seus filhos fora das simples atividades educacionais propriamente ditas. Sabe-se perfeitamente que o número de horas que uma mãe de família passa ao lado do filho, quando ele e ainda está no berço, vai ser importantíssimo para a constituição [...] de um capital humano, e que a criança será muito mais adaptável se, efetivamente, seus pais ou sua mãe lhe consagram tantas horas do que se lhe consagram muito menos horas (FOUCAULT, 2008a, p. 315).

Assim, uma vez que formados, educados e instruídos, espera-se que eles sejam inseridos no mercado de trabalho, trazendo retorno aos investimentos oferecidos pelas famílias ou pelas políticas assistenciais, na formação de pessoas “de bem” e no reestabelecimento da autonomia e emancipação financeira de sua família.

Ou seja, o simples tempo de criação, o simples tempo de afeto consagrado pelos pais a seus filhos, deve poder ser analisado em termos de investimento capaz de constituir um capital humano. Tempo passado, cuidados proporcionados, o nível de cultura dos pais [...] Ou seja, vai se chegar assim a toda uma análise ambiental, como dizem os americanos, da vida das crianças, que vai poder ser calculada e, até certo ponto, quantificada em todo caso, que aí poder ser medida em termos de possibilidades de investimento de capital humano. O que vai produzir capital humano no ambiente da criança? Em que este ou aquele tipo de estímulo, esta ou aquela forma de vida, esta ou aquela relação com os pais, os

adultos, os outros em que tudo isso vai poder ser cristalizar em capital humano? (FOUCAULT, 2008a, p. 315-316).

Diante dessas questões, entendemos que o princípio da matricialidade sociofamiliar, ao configurar a família como sujeito social, opera na construção e na manutenção de uma modelo de família e de sujeitos condizentes à normalidade esperada e reproduzida numa governamentalidade, uma vez que seu “âmbito público faz-se presente nas relações privadas da família, intervindo e marcando a hibridação entre o público e o privado, e desta forma produzindo o social” (SCHEINVAR, 2006, p. 50).

Assim, podemos perceber que, não à toa, nossos parceiros de coletivo-ciranda falam de seu trabalho muitas vezes com a angústia de quem é instrumento dessa razão de Estado, numa ação governamentalizada de quem opera na condução e regulamentação de modos de vida.

4.2 “A QUEM DELA NECESSITAR” OU “A QUEM ELA TEM SERVIDO”?

Terminando de limpar o quarto dos bebês, a auxiliar de serviços gerais disse que o rosto de uma das crianças era familiar, e se perguntou se ela não era filha de uma moça em situação de rua que está grávida. Ambas [auxiliar de serviços gerais e educadoras social] não sabiam dizer se de fato aquela criança era filha dessa moça, mas comentaram que, se for, provavelmente em poucos meses seu suposto irmão estaria na casa. Segundo elas, por um lado é melhor estar ali, onde todos tratam as crianças com todo o cuidado e carinho, do que em situação de rua junto com a mãe, passando dificuldade (Diário de campo, Maio de 2014).

Problematizar as noções de risco social, vínculo e família a partir da política de Assistência Social nos permite explorar a relação entre como as políticas socioassistenciais foram forjadas e implementadas, e como se produzem os serviços e os profissionais da rede de serviços da assistência social na atualidade.

Acreditamos que, ao explorar a conexão entre usuários e trabalhadores, podemos entender a rede de serviços socioassistenciais como plano de imanência, e que essa relação, forjada historicamente, produz práticas, discursos e sujeitos, que serão, então, atualizados no cotidiano de trabalho desses serviços. Desse modo, pensar uma política pública destinada *a quem dela necessitar* nos leva aos seguintes questionamentos: a quem de fato se destina essa política? Que produções emergem desses serviços? E que funcionalidades os trabalhadores e os usuários operam nessa rede?

Começamos a conversa falando sobre uma possível falta de prescrição no cotidiano de trabalho na Assistência Social. Que efeitos esse não “instituído” produz, então, na gestão do trabalho e na saúde dos trabalhadores? Foi dito que esse “vazio prescritivo” pode ter como efeitos a possibilidade de inventar novos serviços e novas formas de trabalhar, assim como pode acarretar na abertura para um moralismo construído historicamente, corroborado por uma visível deficiência de formação permanente (que é necessária, e faz parte da NOB/RH), deficiência essa também produzida no decorrer da história. O próprio percurso de construção dos serviços socioassistenciais oferecidos no passado produz efeitos até hoje no cotidiano dos estabelecimentos e das relações forjadas ali nos CRAS, CREAS e espaços de acolhimento. Foi levantada a discussão acerca da influência das intervenções religiosas, que hoje operam nos serviços da rede por vias de parceria público-privado, juntamente com tal precarização de formação que contribui para esses posicionamentos moralistas (COLETIVO-CIRANDA 3).

Os estudos de Michel Foucault mais uma vez nos ajudam a pensar acerca de elementos que emergem ao problematizarmos a rede de serviços da assistência social: as noções de vulnerabilidade, família e risco social.

Retomando as noções de governo apresentadas anteriormente, ao traçar uma trajetória do direito político, Foucault nos apresenta o desenvolvimento de uma política de controle da vida, um biopoder que se desenvolverá a partir do surgimento dos Estados Modernos. Segundo Foucault, era o soberano quem discriminaria quem deveria morrer e quem poderia viver. Por intermédio divino ou por conquista territorial, mais do que o direito à vida, somente ele detinha o direito da morte. Afinal, “é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida” (FOUCAULT, 2010, p. 202).

Contudo, vimos que as mudanças político-econômicas ocorridas no decorrer dos séculos contribuíram para o aparecimento de técnicas disciplinares incididas sobre o corpo dos sujeitos e suas singularidades. Assim, aos que se distanciam dos padrões de vida instituídos como norma, atribui-se o *status* de perigoso, pertencentes a um grupo de risco social que deve ser vigiado e combatido. Cabe, então, ao que ele chamará de “instituições de sequestro” (FOUCAULT, 2013) a função de punir e ajustar aqueles que infringem a normalidade, e vigiar e doutrinar os que podem vir a se desviar do que se configurou como bom e esperado para a vida.

Entretanto, a partir do século XVIII, Foucault nos aponta a manifestação de uma governamentalidade no nível das massas, na qual o que importa é a gestão da vida da população, por meio de tecnologias que buscavam o governo da vida não só por meio da individualidade, mas por meio das multiplicidades. Assim, essa nova governamentalidade biopolítica se atualiza até hoje, por vias de tecnologias que visam à vida e ao “como viver” como seu objeto e objetivo (PECORARO, 2012).

Com este conceito [governamentalidade], Foucault (2008b: 143-144) refere-se a três abordagens que o termo tem em suas obras: primeiro, ao poder sobre a população exercido pelos dispositivos de segurança que são produzidos pela biopolítica; segundo, como forma de governo sobre os outros que se exerce através de aparelhos de governo sustentados pela produção de saberes; terceiro, a passagem de um governo que se tornou administrativo com o Estado monárquico do século XVI, para um governo que se desenvolve sob a forma de técnicas de controle de uma população (SANITA; VANDRESSEN; PROFETA FILHO, 2012, p.105).

Desse modo, forjando uma relação entre Estado e população travestida da garantia do direito de bem-estar dos cidadãos, “deixa-se morrer”, então, os “desobedientes” que ainda assim não atendem às formas de vida consideradas normais. Vemos então o aparecimento do *homo oeconomicus*, o homem governamentalizável, o qual irá atualizar, por sua vontade, a lógica dessa razão de Estado.

Por essa perspectiva, Foucault nos traz também a insurgência de um racismo de Estado, uma guerra de raças que se dará a partir da responsabilização individual dos que seguem os padrões considerados bons e certos à vida e daqueles que fogem à norma, podendo, então, infringir o direito de bem-estar garantido pelo Estado. Assim, as vidas que possam ameaçar a sociedade, a raça ruim, passam a estar associadas à virtualidade do risco atribuído ao degenerado, do anormal perigoso. Raça essa que se pode, então, descartar, “deixar morrer”.

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura (FOUCAULT, 2008b, p. 305).

Assim, a concepção de perigoso, aquele que transgredir o bom, o esperado e o normal à vida, aparece como chave fundamental no que tange o governo das populações. A noção de pobreza vinculada à periculosidade se configura na medida em que são os pobres os que vivem às margens das formas de vida consideradas normais. Tal entendimento produzirá a noção do pobre como portador do desajustamento, virtualidade que o configura como grupo do risco social, do perigo, e criminoso em potencial que deve ser gerido, controlado, assistido. Logo, seu controle deve ser efetivo e isso vai se atualizar no trabalho na rede.

O que, então, se oferta na Assistência Social? Promoção de direitos? Diferente do SUS, uma política construída e instituída por vias de uma militância que buscava a implementação de direitos universais à saúde, não foram os pobres que pediram os SUAS, foram as elites. Não foram os pobres que acompanharam os desdobramentos das leis, mas as elites. Que função então a pobreza exerce nessa relação com a seguridade social? Um sistema de garantia de direitos em função de

uma gestão da pobreza e um controle da vida dos assistidos? Como garantir uma ética, sentido spinozano do termo, se os serviços de assistência social são produzidos em meio a, e por meio de precarizações, sejam elas estruturais ou mesmo de vínculos trabalhistas e condicionalidades que muitas vezes não interessam aos usuários desses serviços? (COLETIVO CIRANDA 3).

Alguns acreditam que na assistência social, diferentemente da saúde, não existe uma prescrição de trabalho estabelecida. Desse modo, considera-se que sua prescrição seja a demanda do usuário, na medida em que é a necessidade do usuário que estabelece uma prescrição em seu serviço. Como isso se dá, em meio à precarização de benefícios e serviços em certos municípios, cabendo aos técnicos estabelecerem critérios de seleção de qual família seria contemplada? Os trabalhadores criam estratégias, seja priorizando as famílias com as quais fazem acompanhamento, ou mesmo fazendo a escolha pela via do mais miserável (COLETIVO-CIRANDA 1).

4.3 “A QUEM DELA NECESSITAR” OU “A QUEM A ELA SE SUBMETER”?

Embora os Programas de Transferência de Renda¹⁹ sejam considerados um avanço no que tange às políticas de combate à fome no Brasil (BUENO, 2012), no cotidiano

¹⁹ Instituído pela lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, no governo do presidente Luiz Ignácio Lula da Silva pela Lei 10.836, sendo o Bolsa Família um dos eixos do programa federal Fome Zero (BUENO, 2012).

dos processos de trabalho podemos encontrar alguns pontos que emergem como importantes analisadores para nossa discussão. Tomemos, como exemplo o Bolsa Família.

Para permanecerem no programa, as famílias beneficiárias devem cumprir uma série de compromissos chamados de condicionalidades. As contrapartidas exigidas se referem à obrigatoriedade do exame pré-natal, acompanhamento nutricional e de saúde para as gestantes; cumprimento do calendário de vacinação e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento para crianças até 7 anos de idade; frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes até 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos. Em 2008, a Portaria nº 321, que dispõe sobre a gestão das condicionalidades, estabeleceu a exigência de 85% de frequência em ações socioeducativas e de convivência para crianças e adolescentes de até 15 anos de idade em risco ou retirados de trabalho infantil (BUENO, 2012, p. 38).

Primeiramente, como exigir dos usuários condicionalidades que algumas vezes estão além de suas possibilidades devido às precariedades do próprio município, em que muitas vezes não se tem papel higiênico nos banheiros dos estabelecimentos, computador, e por vezes nem canetas para o preenchimento dos formulários necessários para a garantia do benefício?

Ademais, como esperar o desenvolvimento de autonomia dos que recebem o benefício, considerando o sucateamento dos serviços de saúde ou educação básica, nos quais são requeridas assiduidades para a manutenção da renda oferecida?

A psicóloga nos contou um caso que acompanhou, em que uma mãe resistia a quase toda a rede, e não concordava com a condição da assiduidade escolar, não achava justo obrigar sua criança a ir à escola. Quando questionada a respeito de estar fazendo um mal a ela, a mãe rebatia que mal estaria se fazendo ao retirar a criança de seu convívio. Respondia que enquanto muitos estão pelas ruas, a criança está sendo bem tratada em casa. Tempo depois a criança foi retirada do convívio da mãe. Que termo horrendo, “foi retirada”, como um produto que se retira de casa. A mãe, então, expôs que a quantia do benefício não era suficiente para

sustentar a casa, que ela buscava outras maneiras, maneiras essas pouco aceitas, para aumentar a renda e manter a família. Que direitos estão sendo garantidos assim? (COLETIVO CIRANDA 3)

Essa segurança ou proteção por parte do Estado é destinada às famílias muitas vezes sem que elas mesmas expressem sua necessidade. Nesse sentido, é possível que as pessoas atendidas pela política de assistência social vivam com menos recursos do que são considerados aceitáveis, e ainda, assim, por meio dos serviços da assistência social as famílias vão sendo enquadradas em padrões e orientadas a fazer parte de programas assistenciais (SIQUEIRA; LINO, 2013, p. 44).

Outro ponto importante dos programas da rede de serviços da Assistência Social é o atrelamento dos benefícios oferecidos ao preenchimento do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), um sistema de coleta de dados que traça um perfil socioeconômico das famílias assistidas. Os dados do CadÚnico abrangem desde o número de pessoas da família até as características físicas das casas dos beneficiários.

O preenchimento do CadÚnico foi um tema muito marcante no encontro, que causou muito furor em nossa conversa. Muitos acreditam que o cadastrador oferece aos usuários um trabalho mecânico, frio, calculado e cronometrado, um trabalho de robô. Além disso, um ponto importante apontado foi que quanto mais cadastros, mais o profissional bate metas de preenchimento estabelecidas pelo coordenador, e assim mais o município é beneficiado com verbas. Assim, muitas gestões impõem aos técnicos o preenchimento do cadastro como “anamnese”, como processo de acolhimento, para que o número de cadastros seja atingido, estabelecendo, então, uma espécie de sistema de metas a serem atingidas pelos profissionais (COLETIVO-CIRANDA 1).

Entendemos que, embora os programas sociais vinculados à política de Assistência Social sejam um avanço, as condicionalidades impostas à obtenção desses serviços ajudam a configurar uma gestão da pobreza, uma biopolítica na qual o trabalhador da rede da assistência social tende a operar como um instrumento de controle da vida da população assistida.

Foi discutido também um pouco sobre a Rede: todos sabem da importância, mas todos os pontos da rede estão sobrecarregados. Desse modo, a rede não estaria articulada para trabalhar em conjunto. Alguns também se indagam se o trabalho em rede não acabaria também por ser um mecanismo de controle das famílias, uma vez que as famílias às quais não se tem acesso, não se consegue atender. Por essa via, um ponto muito importante é a indagação de seu trabalho ser uma possibilidade de aumento de potência e protagonismo das famílias ou de estratégias de políticas de Estado que visam o controle da população. Que relações de poder e de governo são forjadas em seu cotidiano de trabalho? Afinal, suas atividades configurariam uma fiscalização de gasto de benefício? Seu trabalho acabaria em vigiar quem está dentro e em quem está fora dos critérios? Quando alguns trazem “famílias desestruturadas” em seu discurso profissional, estariam caindo numa armadilha de gestão de adequação e ajuste de sujeitos e seus sistemas familiares? (COLETIVO CIRANDA 1).

Assim, da mesma forma que os serviços socioassistenciais oferecidos beneficiam muitos sujeitos, configurando um grande passo no que diz respeito à história das práticas socioassistenciais no Brasil, tais medidas podem velar tecnologias de controle de “fazer viver”, impedindo a possibilidade de diferentes formas de vida.

4.4 “O QUE É TRABALHAR, PARA QUEM TRABALHA, E A QUE SISTEMA DE OPÇÃO, A QUE SISTEMA DE RACIONALIDADE ESSA ATIVIDADE DE TRABALHO OBEDECE?”²⁰

Dentre os participantes, todos, sem exceção, falaram que entraram na área da assistência, muitos deles como primeiro trabalho depois de formados, sem saber o que fazer, sem formação na academia, com nenhum conhecimento da legislação. Durante a discussão, percebi que duas pessoas participantes ficaram muito caladas. Uma outra, que falou mais, contou que está na área há apenas 3 meses e que muitas vezes sentia muita angústia devido aos mandos e desmandos em suas atribuições, e que ficava muito incomodada pelo fato dos assistentes sociais, por terem 30h de serviço semanal, as deixasse sozinha enquanto equipe técnica. Assim, enquanto ela poderia fazer mais coisas, aplicar suas ideias, agilizar os relatórios, tinha que ficar na recepção atendendo o telefone do CRAS. Percebi que aquelas duas pessoas caladas estavam ali para colher possibilidades de fazer diferente em seu trabalho. Tempo depois, elas falaram da dificuldade de se conseguir atingir as famílias e realmente possibilitar um fortalecimento dos vínculos. É sempre com muita angústia, como um grande lamento que eles trazem suas discussões. Mas foi uma ótima experiência. Só pelo fato de estarmos ali conversando, uma gama de possibilidades emergiu de nosso encontro, tenho certeza (Diário de campo, Novembro de 2014, Congresso Brasileiro de Psicologia – Ciência e Profissão).

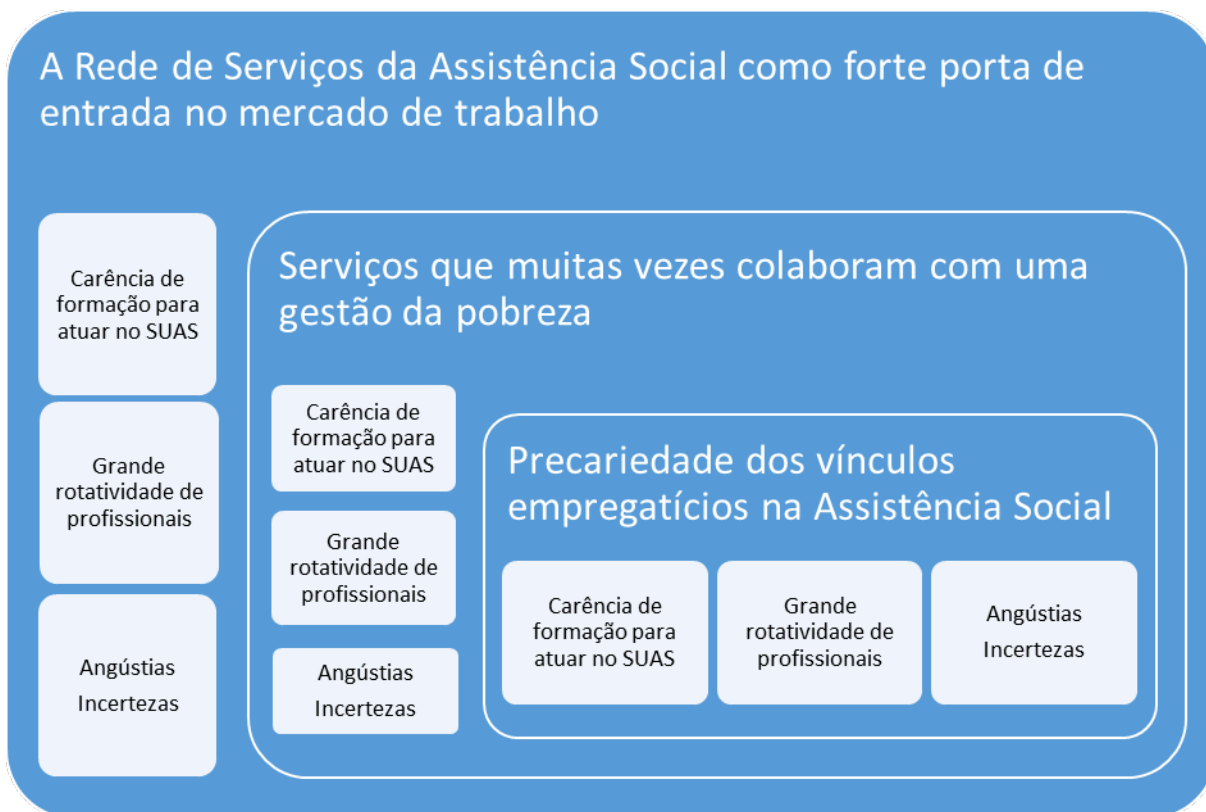
²⁰FOUCAULT, 2008a, p. 307.

Pensar as relações que produzem o “trabalhar” e o “trabalhador” no plano da assistência social é tentar visualizá-las por meio de um caleidoscópio: são muitas as faces, combinações, cores e sentidos que encontramos no tecer de nossa pesquisa. Desse modo, não nos cabe aqui fazer julgamentos de valor, culpabilizar ou exonerar sujeitos, mas entender que suas práticas se configuram em meio a relações de poder, racionalidades de governo e de produção de subjetividade.

Eles [os trabalhadores] se encontram numa encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 37).

Desse modo, percebemos que esse plano de trabalho, além de muitas conquistas, configura também territórios marcados por muitas angústias, num processo em que o trabalhador se encontra gerindo a si e às duras realidades com as quais ele se depara cotidianamente.

Durante a tecedura de nosso fazer-pesquisa, ao explorar a rede de serviços por meio de vivências, de partilhas com estudantes, profissionais recém-formados e trabalhadores atuantes e ex-atuantes já há algum tempo nesses serviços, percebemos elementos que se assemelham em suas histórias.



QUADRO 5: Relação de elementos semelhantes presentes nos relatos dos profissionais participantes do *Coletivo-Ciranda*.

Vimos que, por mais que o SUAS tenha sido instaurado há cerca de dez anos, a formação nas políticas da assistência social por parte dos profissionais de áreas distintas ainda é muito frágil. Tomemos por exemplo os profissionais que advêm do curso de psicologia: muitos entram nos serviços como integrantes de equipes de referência sem um mínimo conhecimento acerca dos programas, princípios e diretrizes do SUAS.

Configurando uma forte porta de entrada no mercado de trabalho para profissionais de diversas áreas e independente de escolaridades, os serviços socioassistenciais são produzidos em meio a muitos desafios. A carência de conhecimentos acerca da legislação da política nacional, mandos e desmandos advindos de uma gestão de trabalho fragilizada, condições precárias de trabalho, configurando serviços também muitas vezes precários, são algumas das situações geradoras de sentimento de impotência explicitadas pelos trabalhadores. É claro para nós e para os que

compuseram junto conosco este trabalho que esse cenário é um forte aliado à manutenção de uma governamentalidade que, por mais que se saiba da importância de ser combatida, se estende no decorrer dos anos nos serviços na rede. Por conseguinte,

O “corpo técnico” ou “especializado”, que vai ao campo de batalha enfrentar realidades enquanto representante do poder público, é dificultado e até impedido de opinar e intervir nas decisões relativas à sua rotina, tendo que se submeter a decisões superiores, que chegam a ser contraditórias com as práticas também induzidas ou impostas pelo Executivo. [...] Sob esta condição, se estabelece a relação com os trabalhadores públicos e com os usuários das políticas públicas (SCHEINVAR, 2006, p. 52).

Assim, vemos que o sentimento de se estar “enxugando gelo” ou “apagando incêndio”, advindo da falta de clareza a respeito do seu papel em seus cotidianos de trabalho ou da percepção de que seu trabalho produz apenas uma gestão da pobreza, corrobora para que esses profissionais procurem novos empregos em outras áreas, configurando o plano da assistência social como um período temporário em seu percurso profissional.

Esse movimento aumenta a rotatividade de profissionais nos serviços do SUAS, dificultando a criação e o fortalecimento de coletivos que possam propiciar uma formação continuada²¹ acerca das práticas e dos programas oferecidos, o que contribui para o desenvolvimento do diagrama apresentado.

É possível identificar que a grande maioria dos Estados apresenta um número insuficiente de técnicos em suas estruturas administrativas para o desempenho de suas funções, sobretudo no apoio aos municípios. Em relação aos municípios confirma-se a tendência de alta rotatividade, a precarização dos vínculos, o despreparo para o desempenho de funções, exercício ilegal, entre outros. Tais aspectos desafiam a construção de estratégias que transcendam a responsabilidade do órgão gestor, demandando articulações com outras organizações e entidades representativas, e adoção de mecanismos indutores como o repasse condicionado a patamares progressivos de estruturação da gestão do trabalho que regra o poder público e as entidades vinculadas (SILVEIRA, 2011, p. 21).

Tendo em vista que a maioria dos serviços oferecidos na rede de assistência social da Grande Vitória são operados por meio da parceria público-privada entre os municípios e ONGs, ainda percebemos que a precariedade da gestão no trabalho no

²¹ A formação continuada a qual nos referimos aqui diz respeito ao esforço a ser empreendido na constituição de coletivos que favoreçam acolhimento dos sentidos produzidos na rede, das experiências forjadas no trabalhar na rede, num permanente processo de pensamento que pode engendrar singularidades.

âmbito da assistência social, relacionada claramente à contratação de profissionais longe da via de concursos públicos, previstos na legislação, e do estabelecimento de vínculos trabalhistas mais consolidados, contribui e condiz com uma gestão da pobreza, produzindo sentimentos de angústia e de incerteza nos profissionais.

Essa dinâmica de flexibilização/precarização/desregulamentação atinge também as relações e o trabalho dos profissionais de nível superior que atuam em instituições públicas e privadas no campo de políticas sociais, gerando rebaixamento salarial, intensificação do trabalho, precarização dos vínculos e condições de trabalho, perda e/ou, ausência de direitos sociais e trabalhistas, pressões pelo aumento de produtividade, insegurança do emprego, ausência de perspectivas de progressão na carreira, ampliação da competição entre trabalhadores, adoecimento, entre tantas outras manifestações decorrentes do aumento da exploração da força de trabalho assalariada (RAICHELIS, 2011, p. 41).

Vemos os sentimentos de angústia e incerteza, ligados primeiramente à carência de formação acadêmica na área da Assistência Social, como afecções de todo esse cenário de instabilidade, precarização de vínculos trabalhistas e, especialmente, de exigências de competências individuais e “conhecimentos gerais” atualizados nos processos de gestão e no cotidiano de trabalho na rede de serviços socioassistenciais, que ocorrem em um nível muito maior e muito mais abrangente no mundo do trabalho.

Os séculos XX e XXI presenciam dia-a-dia o desenvolvimento de uma nova morfologia da sociedade do trabalho, a partir da qual vemos o surgimento do trabalhador que se utiliza de si próprio, sendo o seu saber e o seu desenvolvimento pessoal e profissional seu instrumento de trabalho. Assim, vemos a configuração de uma produção de capital humano, ou, o que Negri e Carlo (2008) chamam de “uma economia fundada no conhecimento” (NEGRI; CARLO, 2008, s. p.), gérmen fundamental nessa nova configuração de trabalho e de trabalhador.

Vejamos, por exemplo, o perfil de Educador Social proposto pela Fundação Fé e Alegria. Para trabalhar nas instituições administradas pela entidade, o trabalhador deverá ser alguém que:

- 1) Possui uma visão crítica e consciente das causas geradoras do processo de exclusão das crianças, adolescentes, jovens e adultos: do empobrecimento, da marginalização e da injustiça social;
- 2) É ouvinte assíduo de todos os atores comprometidos com o processo educativo;

- 3) Valoriza, democratiza a cultura e socializa o saber popular, o senso comum, discutindo-os e sistematizando-os a partir das formas de expressão e comunicação das camadas populares;
- 4) Tem paciência histórica para não violentar a privacidade e os momentos únicos dos seus educandos;
- 5) é dialético porque está envolvido com a pedagogia sócio-crítica no que se refere a uma visão holística, totalizadora e integradora das dimensões do ser humano;
- 6) É crítico e consciente das causas geradoras do processo de exclusão social;
- 7) Conhece a realidade e o contexto no qual o educando está inserido;
- 8) Conhece, valoriza e democratiza os diversos saberes populares presentes na cultura da comunidade educativa;
- 9) Conhece e respeita o grau de maturação dos educandos em relação à aprendizagem;
- 10) É leitor, pesquisador, atento às mudanças sociais e sensível aos desafios vividos pelos educandos (FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA, acesso em 24 fev, 2015).

Assim, nessa nova dimensão de trabalhador, percebemos uma imaterialidade cada vez mais presente nos processos laborais, utilizando intensamente a intelectualidade do trabalhador, suas afecções e relações sociais.

Desse modo, vemos que somente deter uma formação profissional não é o suficiente; a formação intelectual desse trabalhador deve ser ininterrupta, seja por vias de especialização ou capacitação, sempre visando o desenvolvimento de competências e de *informações*. Logo,

[...] se por um lado é na bios – na vida do trabalhador – que o capital investe procurando ativar os recursos imateriais [...] na perspectiva de que esses recursos sejam disponibilizados ao capital, por outro, eles também assumem um caráter permanente de produção de si, isto é, essa mesma subjetividade prescrita pelo capital, também resulta em “produção de si”, e é nesse sentido que se fala que a produção é biopolítica – carrega consigo elementos que podem abrir caminhos para a transformação do próprio sujeito do trabalho (SANSON, 2009, p. 210).

Por essa perspectiva, Alves (2011) nos convida a explorar essa nova morfologia social do trabalho advinda da perspectiva neoliberal que emerge no decorrer do século XX, atualizada nos tempos atuais [e em nossa pesquisa], interferindo em diversos âmbitos da vida do trabalhador.

Segundo o autor, essa modificação no mundo do trabalho, a passagem do capitalismo industrial ao que ele chama de capitalismo global, trouxe consigo um processo de dessubjetivação de classes. Esse processo tem como efeito um

movimento de dissolução de coletivos e de corrosão de espaços públicos que reconfiguram os processos formativos e subjetivos do trabalhador contemporâneo (ALVES, 2011).

Dessa forma, o desenvolvimento de uma subjetividade neoliberal individualista tem como efeito uma segregação não só no plano laboral, mas em diversas esferas da vida em sociedade atual. Assim, Alves (2011) nos traz que esse processo é, de uma certa forma, contraditório, pois, na medida em que estamos em meio à uma “captura” da subjetividade por meio de práticas de segregação e massificação biopolítica, somos nós, em nossas relações, que as atualiza.

Portanto, uma questão relevante a ser destacada quando se problematiza a situação do trabalho e dos trabalhadores na assistência social, é que não se trata apenas de questões relacionadas à gestão do trabalho no sentido da administração eficiente para otimizar poucos recursos, mas fundamentalmente dos modos de organização do trabalho na sociedade capitalista contemporânea, e das condições concretas em que se realiza, particularmente nas políticas sociais que, como a assistência social, tiveram um grande crescimento nesses últimos anos (RAICHELIS. 2011, p. 47).

Tendo explorado práticas e saberes que são atualizados no “contemporâneo”, falamos em relações de poder, em assujeitamentos de corpos e coletividades, em práticas cotidianas em meio a tecnologias sociais e governamentalidades. Outrossim, falamos de resistência, de criatividade, da potência advinda de agenciamentos que nos permitem a afirmação de novas formas vida, de diferentes modos de trabalhar, de devir. Falamos, então, de políticas.

5 “UM POUCO DE POSSÍVEL, SENÃO EU SUFOCO...”²²: TECER UMA REDE QUENTE NOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quando pensamos as transformações do capital, do mundo do trabalho e o percurso dos serviços de assistência social, suas conquistas e desafios, temos como referência processos históricos que se transformam e ressignificam a atualidade. Desse modo, a premissa de que a vida se dá no aqui e agora nos permite pensar nossas relações negando a dialética passado-presente, e entendendo o contemporâneo como movimento do qual novos sentidos emergem atualizados numa construção imanente da realidade.

Vemos que as transformações que se deram na economia, no desenvolvimento de equipamentos sociais e nos comportamentos de sujeitos e coletividades até hoje produzem efeitos nas formas diversas de ser e estar no mundo. Assim, acreditamos que o contemporâneo engendra processos históricos de relações de poder, de governamentalidades e, também, de resistência às tentativas de massificação capitalísticas.

Uma vez que “o trabalho industrial não mais é o centro da valorização capitalista e [...] que ele não mais apresenta a mesma eficácia no processo de regulação do conjunto da sociedade” (AMADOR; BARROS, 2013, p. 27), acreditamos que o capitalismo contemporâneo se atualiza pela via de virtualidades. Esse novo capitalismo, o qual Guattari nomeia Capitalismo Mundial Integrado (CMI), tem como primado sua instalação na produção de uma subjetividade “serializada, normalizada, centrada em torno de uma imagem, de um consenso subjetivo e referido e sobrecodificado por uma lei transcendental” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 48).

Assim, essa nova perspectiva capitalística contemporânea se apresenta de modo complexo, podendo ser encarada como um conjunto de possibilidades ao se afirmarem diferenciações e singularizações fazendo emergir o novo, ou como uma ameaça às tentativas de massificação e dominação do capital.

²² DELEUZE, G. 1992, p. 131.

A tendência atual é igualar tudo através de grandes categorias unificadas e redutoras – tais como o capital, o trabalho, um certo tipo de assalariamento, a cultura, a informação – que impedem que se dê conta dos processos de singularização. Toda a criatividade no campo social e tecnológico tende a ser esmagada, todo microvetor de subjetivação singular, recuperado (GUATTARI; RONIK, 2013, p. 48).

Desse modo, vemos que os desafios que o contemporâneo nos impõe estão presentes na vida em sua totalidade, logo, na perspectiva de nosso estudo, se atualizam no mundo do trabalho e nos serviços da rede de assistência social. Seja pelas formas de segmentação de coletivos, seja pela homogeneização do que se espera do trabalho, do trabalhador ou dos beneficiários, vemos que a ordem capitalística se reproduz por toda a parte, um processo de “esfriamento” de suas tramas, por meio da construção e manutenção de redes frias, segmentárias e massificadoras, forjando formas rígidas de ser e estar no mundo (BARROS; PASSOS, 2004).

Experimentamos atualmente redes que se planetarizam de modo a produzir efeitos de homogeneização e de equivalência. A globalização neo-liberal é uma rede fria e de cima para baixo porque sua lógica é a do capital enquanto equivalente universal ou sistema de equalização da realidade. Já a rede quente se caracteriza por um funcionamento no qual a dinâmica conectiva ou de conjunção é geradora de efeitos de diferenciação, isto é, trata-se de uma rede heterogênea (BARROS; PASSOS, 2004, p. 169).

Pensar, então, o contemporâneo no fio da navalha (NEVES, 2004), onde são produzidos e atualizados territórios existenciais e sociedade, nos permite a possibilidade de configuração redes quentes nas quais podemos fazer emergir novas formas de vida e de viver.

É nesse sentido que a experiência do coletivo, do público ou mesmo da multidão deve ser retomada como plano de produção de novas formas de existência que resistem às formas de equalização ou de serialização próprias do capitalismo (BARROS; PASSOS, 2004, p. 169).

Resistir a esse modo de funcionamento é permitir processos de diferenciações, dando espaço para que novos mundos possam ser configurados em nossos cotidianos de trabalho, configurando uma postura ético-estético-política perante a diversidade da vida.

Afirmamos que é na construção e no fortalecimento de coletivos que nosso movimento de resistência se inicia. Entendendo o coletivo distinto da ideia de

somatória de corpos e coletividades, acreditamos nele como *plano coletivo* (BARROS, 2009), operado por singularidades e relações micropolíticas.

Partimos da aposta de que trabalhar é fazer COM, afetar e ser afetado num plano que afirmamos ser configurado por meio e em meio a relações, com vínculos formados na tecedura de nossos encontros e histórias de vida. Pensar então um coletivo como propulsor de um serviço que tem como mote a construção e fortalecimentos de vínculos, familiares e comunitários, nesse contexto do SUAS, nos incita a pensá-lo como matéria prima do trabalho na Rede da Assistência Social.

Os processos de trabalho da rede se configuram em meio à criação de vínculos afetivos. Quando nos atentamos para os discursos e práticas sobre o vínculo afetivo nos Serviços do SUAS, podemos vê-lo como dado sensível que se dá no trabalhar e que ressignifica as atividades ordinárias.

Quando falamos a respeito da noção da vinculação, problematizando a noção entendida de vínculos afetivos que são forjados com as crianças em seu cotidiano de trabalho, a educadora nos disse que a vinculação é necessária, até para estabelecer uma relação de confiança. Ela contou o caso de uma criança que era muito apegada à ela e foi adotada por uma família. A criança ligava querendo falar com a educadora e os novos pais respeitavam isso, pois sabiam que isso fazia bem para criança, entendendo que existe sim um vínculo ali. “Amor faz parte do trabalho”, ela disse. “ Mas a gente tem que ter menos apego”. Ela também nos contou que alguns bebês a chamaram de mãe, mas que ela, carinhosamente, responde que não é sua mãe (Diário de campo, novembro de 2013).

A educadora nos disse que considera sua profissão a de educar, cuidar, conviver, estabelecendo uma espécie de referência para as crianças, pois ao trabalhar elas

fazem parte da história delas, e eles [os educadores] de seu crescimento (Diário de campo, Novembro de 2013).

Hoje uma educadora me disse que iria sentir muita falta de um bebê, do qual estava cuidando da cólica. RN, ele era chamado, Recém Nascido filho de tal pessoa, é assim que os chamam quando ainda não possuem nome, e não cabe à eles dar um nome à criança. Engraçado, pois mesmo RN não sendo de fato um nome, o próprio som já cria um significante, fazendo com que, ao ser chamado por uma maneira carinhosa, o próprio RN se torna um laço de afeto entre eles (Diário de campo, Maio de 2014).

Voltei então para o quarto dos bebês seguindo uma criança que percebi que estava assustada com minha presença ali. Foi quando, sem querer, ouvi o comentário da auxiliar de serviços gerais (engraçado essa dominação, como se todos os trabalhadores não fizessem serviços gerais nos espaços que visitamos, mas enfim...). Ela disse que se ela pudesse, adotaria uma criança. Interessada em sua fala, logo me fiz ser parte da conversa, me aproximando pouco a pouco para não interrompê-las. Durante nossa conversa, ambas, auxiliar de serviços gerais e educadora (ora, a primeira não seria também, de certa forma, uma educadora?), conversando sobre como se sentiam quando as crianças iam embora, falaram que sentiam um vazio, que se apegam às crianças e depois elas vão embora, mas que isso fazia parte da rotina da casa. A educadora nos contou que nos dias de audiência ela fica muito agitada, e que se pegava muitas vezes chorando, já pensando como seria a casa sem aquelas crianças. Mas que ficava feliz pois elas teriam uma família (Diário de campo, Maio de 2014).

A coordenadora, falava que pretende fazer uma capacitação com os educadores, pois muitos simplesmente assumem um papel de monitores e não de fato educadores, segundo ela aqueles que leem histórias, incentivam a fantasia, o lado lúdico, criativo e imaginativo das crianças. Então lhes perguntei o que é ser educador. É tomar conta? É educar? O que é, então, educar? Ela logo concordou, dizendo que é isso que precisam trabalhar com eles nos espaços de formação. Mas acredito que ela não entendeu minha pergunta. De fato, o que é ser educador? E, principalmente, o que se produz a partir da intitulação “educador social”? É moldar uma criança para a sociedade? Tomar conta não é educar? Apenas passar uma atividade ou incentivar algo à criança? O quanto dos educadores vemos nas crianças? O vínculo afetivo, o dar banho, cuidar de um ferimento, dar de comer, o “não faça isso”, ou o “muito bem, é isso mesmo”, moralista ou não, não faz parte do “educar” do educador social? O que se espera de um “educar” uma criança do “a quem dela necessitar”? (Diário de campo, Maio de 2014).

A partir dos diversos questionamentos e relatos registrados em nosso diário de campo, vemos que muitos conflitos vividos pelos profissionais se assemelham, como por exemplo a questão do apego e da vinculação com as crianças dos espaços de acolhimento. Se, por um lado, o vínculo com os usuários emerge como dado sensível que agencia o coletivo, por outro, os laços e compartilhamentos entre os trabalhadores não aparecem tanto.

Retificamos, então, a afirmação da construção e fortalecimento de coletivos que possibilitem momentos de troca, de partilha de vivências, a fim de que, ao dividirem suas experiências, angústias e incertezas, a fala e o trabalho real dos trabalhadores permitam um aumento de potência em suas práticas, uma “lapidação” de vínculos.

Dessa forma, apostamos numa formação continuada como forte estratégia na configuração de um plano coletivo no qual encontros, sentidos e experiências possam configurar uma possibilidade de resistência a posturas e discursos moralizantes e endurecidos, tendo como efeito a afirmação da potência inventiva dos trabalhadores.

Os espaços dialógicos cotidianos demandam recursos que possibilitem a revisão de valores e de prática fundamentados em matrizes conservadoras. Ao mesmo tempo, que resultem em atividades recombinadas quanto à construção reflexiva do trabalho em equipe, de forma que o próprio cotidiano se construa em objeto de reflexão e ação, de novos aprendizados coletivos, que implique em problematizações sobre as próprias práticas. A crítica como recurso à análise das singularidades do cotidiano pressupõe a atuação interdisciplinar para a construção coletiva, qualificada e comprometida com os direcionamentos ético-políticos produzidos na assistência social (BRASIL, 2011b, p. 16-17)

Durante nosso percurso de pesquisa, quando abordados acerca dos encontros traçados em nossos coletivos-ciranda, sempre fomos informados da importância daqueles espaços de discussão, muitas vezes inexistentes na gestão e nos estabelecimentos de serviços do SUAS. Assim, tomando as rígidas linhas que compõem normas e legislações, consideramos o espaço de formação como nosso aliado.

Acreditamos numa formação que se pretende “continuada”, duradoura, nos remetendo à dimensão da duração²³ do plano coletivo, e não simplesmente a algo que não se finda. Distinta da ideia de capacitação individual técnico-científica, entendemos que esse espaço, momento de partilha da realidade enfrentada entre profissionais em seus cotidianos de trabalho, possa trazer um aumento do sentimento de potência, de criação de novas possibilidades de trabalho, ressignificando novas relações estabelecidas no plano laboral.

A formação continuada pode ser então pensada como a Educação Permanente²⁴ que se encontra na proposta da melhoria da gestão de trabalho e de uma oferta de

²³ Duração na vertente da ontologia do presente, no sentido bergsoniano, “não de acordo com o tempo cronológico, linear, mas como um passado que coexiste no presente, como experiência psíquica permanente e inventiva (BERGSON, 2006)” (TAVARES; ARAUJO, 2011, p. 199).

²⁴ “A educação permanente constitui-se no processo contínuo de construção de conhecimentos pelos trabalhadores, de todo e qualquer conhecimento, por meio de escolarização formal ou não formal, de vivências, experiências laborais e emocionais, no âmbito institucional ou fora dele. Tem o objetivo de melhorar e ampliar a capacidade laboral dos trabalhadores, em função de suas necessidades

serviços de maior qualidade, estratégia da Política Nacional de Capacitação do SUAS (PNC/SUAS). Segundo a PNC/SUAS (2011),

[...] a educação permanente não se confunde com as formas tradicionais de apartar “os que pensam” daqueles “que reproduzem”, nem tão pouco com a simples transmissão de conteúdos, que em geral legitimam visões conservadoras e respostas técnicas imediatas. Supõe a produção de conhecimentos e saberes que analisam e interpelam a realidade social e institucional, com atitude investigativa e propositiva, considerando as conquistas no campo dos direitos e à direção ético-política da assistência social (BRASIL, 2011b, p. 15-16)

Ao propormos a formação continuada como estratégia de construção de um plano coletivo que permita a partilha de alteridades, de diferentes olhares e fazeres, visamos à produção de uma “rede quente que porta, do processo de produção, seu produzir-se contínuo. Possibilidade de mundo outros, de outas saídas e novos problemas” (BARROS, 2009, p. 16).

Intentamos pensar que o trabalho na assistência social, embora envolto a diversas virtualidades biopolíticas que normatizam vidas e formas de viver (gestão da pobreza, sujeitos e populações consideradas em situação de risco e vulnerabilidades), é também um espaço potente de criação. A formação de coletivos que permitam trocas, possibilitando um aprendizado que se dê a partir de práticas e saberes, é apostar no plano coletivo da multidão como possibilidade de uma política verdadeiramente pública, e, assim, resistir.

6 MAIS DO QUE CONCLUSÕES, CONSIDEREMOS AÇÕES, PRÁTICAS E SABERES: CARTA AO TRABALHADOR DO SUAS

Vitória, Março de 2015.

Caro companheiro de trabalho,

Na tecedura dos encontros de nosso rendado-pesquisa, ao buscarmos o contato com o trabalho e com os trabalhadores do SUAS, tivemos acesso a territórios existenciais diversos, a diversas formas de trabalhar e de reinventar o campo laboral.

Tecemos muitos bons encontros, fomos sempre muito bem recebidos pelos espaços de acolhimento institucional, pelos técnicos, educadores, crianças, e nos sentimos gratificados pelos efeitos de nossos coletivos-ciranda que nos acompanham até à escrita da presente dissertação.

Presenciamos alguns “incêndios”, vimos algumas tentativas de “enxugar gelo”, e decerto testemunhamos a rotatividade e a fragilidade da gestão dos serviços em nossas andanças. Em alguns momentos, nos sentimos até um pouco perdidos, entendendo que muitos dos que nos acompanharam não teriam acesso a este trabalho, pois logo seriam dispensados de seus serviços.

Temos a noção de que muitos avanços foram feitos no que tange à oferta de serviços, e a tentativa de estabelecer meios para uma melhoria da qualidade de condições de trabalho e para a garantia dos direitos já configuram algum possível. Contudo, vimos a olhos nus que a garantia de serviços e processos de trabalho que potencializem usuários e trabalhadores ainda são sobrepujados pelas precariedades e pelo rastro dos “assistencialismos” que comandavam os serviços assistenciais no passado.

Entendemos que não deve ser fácil se calar ou mesmo acatar mandos e desmandos com a finalidade de garantir a permanência em seu emprego. Dividimos com você a esperança de que, por mais que não seja toda a maravilha que muito se imaginava, ao menos a possibilidade de efetivação de medidas administrativas que assegurem a continuidade de projetos, de práticas e relações com os usuários dos serviços já nos potencializa.

Assim, acreditamos que muito mais do que coleta de dados, em nossas andanças, vivenciamos um processo de *colheita de dados*²⁵ junto aos demais trabalhadores e usuários. Esperamos que os frutos dessa colheita alimentem não só nosso processo de formação, mas o cotidiano de seu serviço.

Cientes de que por muitas vezes espera-se que você atue como instrumento de uma razão de Estado, reproduzindo modelos em torno da diversidade da vida, da pluralidade das relações que estabelecemos em nosso cotidiano, e muitas vezes na gestão de uma miséria que se faz presente e dura de se lidar, acreditamos que o fato disso se fazer claro para você e ser compartilhado conosco, permite também que lutemos, juntos, a favor da potência da vida, de uma vida múltipla, complexa, imprevisível, enfim, livre.

Contudo, devo dizer, que nem sempre tivemos esse posicionamento ético-estético-político claro em nossos caminhos. Muitas vezes também nos pegamos capturados e reproduzindo discursos e práticas moralistas e estigmatizantes. Mas, ao menos tivemos junto ao intento de fazer pesquisa, a premissa de que resistir também é uma possibilidade. E este é nosso convite: resistência.

Resistência não no sentido de tentar sobreviver a algo, ou até mesmo limitar-se à esperança de que melhores dias virão. Mas resistir na potência de seu campo de trabalho, na medida em que trabalhar é confrontar o hiato existente entre prescrições e o real que se configura cotidianamente. Resistir no sentido de criar problemas, incitar questões, recriar práticas, permitir o novo, ou mesmo num processo de análise ininterrupto ao problematizar “o que nós fazemos com aquilo que temos?”.

²⁵ TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013.

Desse modo, salientamos mais uma vez, a importância da criação e do fortalecimento de coletivos, não no sentido de pessoas unidas em prol de algum objetivo, não é disso que falamos aqui. Coletivo no sentido das possibilidades de multiplicidades diversas no fazer do trabalho. Aprender com a partilha da realidade do outro, seja ele colega de trabalho, gestor ou usuário. Aprender no sentido de que o conhecimento não é uma faculdade mental, mas é corporificado, deixa rastros em nossas histórias e nos compõe numa aprendizagem cotidiana e ontológica.

Ao propormos a criação de coletivos, de momentos de partilhas de desejos, trajetórias de vida, de angústias, apostamos mais uma vez que é no advento do encontro que o trabalho se configura como fazer COM. “Sejamos realistas, tentemos o impossível!²⁶” é a nossa aposta para o trabalho na assistência social.

Assim nos despedimos, considerando ações, afirmações, certezas e dúvidas ainda tão presentes. Acreditamos que as mudanças das formas de vida e de viver no contemporâneo também se atualizam em seu cotidiano de trabalho. Acreditamos na potência das microrrevoluções cotidianas que podemos travar em nossos coletivos, em nossos processos laborais, apostando na potência inventiva de trabalhadores, que sempre inventam e reinventam a si mesmos e as práticas no fazer de seu trabalho. É isso que acontece conosco neste trabalho!

Desse modo, aqui não concluímos nada, não ao menos no sentido de finalizar algo. Ao apostarmos na premissa de que somos todos engendrados pela rede de relações que configura e é configurada por nossas realidades e cotidianos. Por essa perspectiva, acreditamos que nosso percurso como tecelãs não se finda na conclusão dessas linhas. Mas, ao contrário, reverbera, pulsa e tece possíveis.

Até logo,

Vivianni Barcellos de Araujo

Pesquisadora tecelã estrangeira

²⁶ RODRIGUES, 2007.

7 REFERÊNCIAS

ALVES, G. A. P. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. In: ALVES, G.; VIZZACCARO-AMARAL, A. L.; MOTA D. (Org.). **Trabalho e Saúde - A Precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI**. 1.ed. São Paulo: LTr, 2011. v. 1, p. 39-55.

AMADOR, F. S.; BARROS, M. E. B. Cartas a Foucault: em que estamos em vias de nos tornar em meio ao trabalho no contemporâneo? **Revista Mnemosine**, Rio de Janeiro, v.7, n. 2, p. 17-31, 2011.

BARROS, M. E. B.; BARROS, R. B. Da dor ao prazer no trabalho. In: SANTOS FILHO, S. B.; BARROS, M. E. B. (Org.). **Trabalhadores da Saúde: Muito prazer! Protagonismo dos Trabalhadores na Gestão do Trabalho em Saúde** (coleção Saúde Coletiva). 1ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2007, v. 1, p. 61-72.

BARROS, M. E. B.; TEIXEIRA, D. V.; ARAGÃO, E. M. A. Cartografando estratégias de resistência construídas por educadores no cotidiano de trabalho numa escola de Vitória – ES. **Psicologia USP** [Online], São Paulo, v. 4, n. 19, p. 519-546, outubro/dezembro, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v19n4/v19n4a10.pdf>> Acesso em: 05 fev. 2015.

BARROS, R. B. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2009.

BARROS, R. B.; PASSOS, E. Diário de bordo de uma viagem-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V. ESCÓSSIA, L. (Orgs). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 172-200.

BERGSON, H. **Memória e vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**, n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Brasília, 2005a.

_____. _____. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, 2005b.

_____. _____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**: Brasília: MDS, 2009. 56p.

_____. _____. **NOB-RH Anotada e Comentada**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011a.

_____. _____. **Política Nacional de Capacitação do SUAS**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011b.

BUENO, M. As condicionalidades do Programa Bolsa Família: o avesso da cidadania. **Lugar Comum**, n. 29, p. 33-46, 2012. Disponível em <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110610120258As%20condicionalidades%20do%20Programa%20Bolsa%20Familia%20-%20Marina%20Bueno.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

CANGUILHEM, G. Meio e normas do homem no trabalho. **Pro-posições**, v. 12, n. 2-3, jul.-nov, 2001, p. 35-36. Disponível em: <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/3536-artigos-canguilheng.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

CEDENHO, A. C. **Diretrizes constitucionais da assistência social**. São Paulo: Verbatim, 2012.

CLOT, Y. Clínica do trabalho, clínica do real. **Le Journal des Psychologues**, Paris, n. 185, março, 2001. Tradução livre de Kátia Santorum e Suyanna Linhales Barker, revisão de Cláudia Osório.

CNAS & CONANDA. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/cnas-e-conanda-orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento-para-criancas-e-adolescentes-1>>. Acesso em 24 fev. 2015.

COCCO, G.; VILARIM G. O capitalismo cognitivo em debate. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro. v.5, n.2, p. 148-151, setembro, 2009,. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/317/219>. Acesso: em 17 de out. 2013.

COSTA, J. R. C. **Previdência: os direitos sociais previdenciários no Cenário Neoliberal**. 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CUNHA, D. M. Notas conceituais sobre a atividade e corpo-si na abordagem ergológica do trabalho. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 30. 2007, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT09-3586--Int.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2015.

DANIELLOU, F. **L'ergonomie en quête de ses principes**. Toulouse: Octarès, 1996.

DEJOURS, C. Trabalho vivo, Tomo I, **Sexualidade e Trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2012a.

_____. _____. Tomo II, **Trabalho e emancipação**. Brasília: Paralelo 15, 2012b.

DELEUZE, G. A Ascensão do Social. In: DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

_____. Conversações. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v 1. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

_____. **Qu'est-ce que la philosophie?**. 13a ed. Paris: Éditions de Minuit, 2005.

FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA. **O perfil de educador de Fé e Alegria**. Disponível em: <http://www.fyaes.org.br/publicacoes/educador_perfil.htm>. Acesso em: 24 fev. 2015.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

_____. **Em defesa da sociedade**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins fontes, 2008a.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. O uso dos prazeres e as técnicas de si. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, política, sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 (Ditos e escritos; V). p.196-197.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins fontes, 2008b.

FREUD, S. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: _____. **Obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 12.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia Social**. Disponível em <<http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/o-que-e/>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, 2007.

LATOURETTE, B. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: J. A. NUNES; R. ROQUE. **Objectos impuros: experiências em estudos sobre a ciência**. Ed. Afrontamento, 2008. p. 39-61.

_____. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba, 2012.

LAZZARATO, M. **Signos, máquinas, subjetividades**/Signs, machines, subjectivities. Edição bilíngue. São Paulo: n-1 edições + Edições sesc, 2014.

MORAES, M. A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. **Revista História, Ciências, Saúde**. Rio de Janeiro, n. 2, v 11, p. 321-33, maio-ago., 2004.

NEGRI, A. **A constituição do comum**. Conferência realizada durante o II Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo: Economia do Conhecimento e a Constituição do Comum, 2005, Brasília. Acervo online. Disponível em: <<http://fabiomalini.files.wordpress.com/2007/03/a-constituicao-do-comumtraducao.doc>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

NEGRI, A.; CARLO, V., Le rapport capital / travail dans le capitalisme cognitif. **Revue Multitudes**, v.1, n 32, 2008 Disponível em: <http://www.multitudes.net/le-rapport-capital-travail-dans-le/> Acesso em: 23 fev 2015.

NEVES, C. E. A. B. Pensando o contemporâneo no fio da navalha: entrelaces entre desejo e capital. **Lugar Comum**, v. 19, n. 20, p. 159-171, 2004. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120810Pensando%20o%20contempor%C3%A2neo%20no%20fio%20da%20navalha%20Entrelaces%20entre%20desejo%20e%20capital%20-%20Claudia%20Baeta%20Neves.pdf> Acesso em: 24 fev. 2015

PASSOS, E.; BENEVIDES, R. B. Clínica, política e as modulações do capitalismo. **Lugar Comum**, v. 19, n. 20, p. 159-171, 2004. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120823Cl%C3%ADnica%20pol%C3%ADtica%20e%20as%20modula%C3%A7%C3%B5es%20do%20capitalismo%20-%20Eduardo%20Passos%20e%20Regina%20de%20Barros.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2015.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília**, v.16, n.1, Abril de 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722000000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 dez. 2014.

_____; _____. Passagens da Clínica. In: MACIEL, A.; KUPERMANN, D.; TEDESCO, S. (Org.). **Polifonias**: clínica, política e criação. Rio de Janeiro: Contracapa, 2006, p. 89-100.

PASSOS, E.; KASTRUP, V. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. **Fractal, Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 391-414, Maio/Ago, 2013. Disponível em: <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/rt/context/1117/871>. Acesso em 15 jun. 2015.

PECORARO, R. Corpos. Uma anatomia política na Idade da Biotécnica. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 24, n. 35, p. 529-548, jul./dez. 2012

PELBART, P. P. **Vida Capital**: Ensaios de Biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

RAICHELIS, R. O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na Assistência Social. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS**: uma contribuição necessária para ressignificar ofertas e consolidar o direito socioassistencial. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. p. 39-64.

RIZZOTTI, M. L. A. A aliança estratégica entre os trabalhadores e os usuários do SUAS. In: _____. _____. _____. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. p. 65-86.

RODRIGUES, H. B. C. Sejamos realistas, tentemos o impossível! Desencaminhando a psicologia através da análise institucional. In: JACÓ-VILELA A. M., FERREIRA A. A. L., PORTUGAL F. (Orgs). **História da psicologia** – rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau Editora; 2007. p. 515-63.

SANITA, A.; VANDRESEN, D. S.; FILHO, A. M. P. Trabalho, capital humano e neoliberalismo: impasses e críticas. **Revista Litteris**, n. 10. p. 101-119, Setembro, 2012. Disponível em: <[http://revistaliter.dominiotemporario.com/doc/Trabalho_Capital_Humano_e_Neoliberalismo_Impasses_e_critivas_Sanita_Vandresen_Profeta_\(1\).pdf](http://revistaliter.dominiotemporario.com/doc/Trabalho_Capital_Humano_e_Neoliberalismo_Impasses_e_critivas_Sanita_Vandresen_Profeta_(1).pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2015.

SANSON, C. A produção biopolítica é constitutiva ao capitalismo cognitivo. **Liinc em Revista**, v.5, n.2, setembro 2009, Rio de Janeiro, p.206-214 Disponível em <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/308/214>> Acesso em: 17 out. 2013.

SCHEINVAR, E. A família como dispositivo de privatização do social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 28, n. 1. 2006. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v58n1/v58n1a06.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

SCHWARTZ, Y. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trabalho, Educação e Saúde (Online)**, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 19-45, Agosto de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462011000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 Dez. 2014.

_____. Entrevista: Yves Schwartz. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4 n. 2, p. 457-466, 2006.

_____. Trabalho e saber. **Trabalho & Educação**. v. 12, n. 1. p. 21-34, Jan/Jun 2003,. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/1227/989>>. Acesso em: 05 dez. 2014.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. Trabalho e uso de si. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. **Trabalho & ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF, 2007. p. 191-206.

SILVEIRA, J. I. Gestão do trabalho: concepção e significado para o SUAS. In: BRASIL. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS**: Uma contribuição necessária para ressignificar ofertas e consolidar o direito socioassistencial. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. p. 9-38.

SIQUEIRA, K. O. M.; LINO, M. V. Assistência Social e biopoder: produzindo “vulnerabilidades”, prevenindo “riscos” e normalizando as formas de viver. **Revista Mnemosine**, . Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 35-53, 2013. Disponível em: <http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/307/pdf_273>. Acesso em 04 dez 2014.

SPINOZA, B. *Ética*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

TAVARES, G. M.; ARAUJO, V. B. A relação ator-palco-plateia: um estudo da aprendizagem do devir-consciente no teatro. **Psicologia Teoria e Prática** [online]. 2011, vol.13, n.3, pp. 194-205. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v13n3/v13n3a15.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

TEDESCO, S. H., SADE, C., CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal: Revista de Psicologia**. v. 25, n.2. p. 299-322, Maio/Ago. 2013. Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/1112/863>>. Acesso em: 05 Dez. 2014.

TEDESCO, S. Hospitalité: une politique du dire. **Chimères**, Paris, v. 64, p. 51-167, 2007.

TELLES, A. L.; ALVAREZ, D. Interfaces ergonomia-ergologia: uma discussão sobre o trabalho prescrito e normas antecedentes. In: FIGUEIREDO, M.; ATHAYDE, M.; BRITO, J. ALVAREZ, D. (Orgs.) **Labirintos do Trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 63-90.

VARELA, F. **Conhecer**: as ciências cognitivas, tendências e perspectivas. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

_____. O reencantamento do concreto. In: PELBART, P. P.; COSTA, R. (Org.). **Cadernos de subjetividade**: o reencantamento do concreto. São Paulo: Hucitec, 2003. pp. 71-86.

VITÓRIA. (Prefeitura Municipal). **Secretaria Municipal de Assistência Social**. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/prefeitura/assistencia-social>>. Acesso em: 15 fev. 2015.